



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS – ICH  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - SER

**MULHERES DISCENTES EM TEMPOS DE PANDEMIA: um estudo realizado na  
Universidade de Brasília**

LARISSA LORRANNY MAGALHÃES LIMA

BRASÍLIA/DF  
2022

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB  
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS - ICH  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER

LARISSA LORRANNY MAGALHÃES LIMA  
18/0021651

**MULHERES DISCENTES EM TEMPOS DE PANDEMIA: um estudo realizado na  
Universidade de Brasília**

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado ao Departamento de Serviço  
Social da Universidade de Brasília como  
requisito à obtenção de grau de Bacharel em  
Serviço Social.

Orientadora: Dra. Hayeska Costa Barroso

BRASÍLIA/DF  
2022

BANCA EXAMINADORA

**MULHERES DISCENTES EM TEMPOS DE PANDEMIA: um estudo realizado na  
Universidade de Brasília**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito à obtenção de grau de Bacharel em Serviço Social.

---

Profa. Dra. Hayeska Costa Barroso  
Orientadora – Departamento de Serviço Social/UnB

---

Profa. Dra. Thais Kristosch Imperatori  
Membro Interno - Departamento de Serviço Social/UnB

---

Profa. Dra. Anabelle Carrilho  
Membro Interno - Departamento de Serviço Social/UnB

BRASÍLIA  
2022

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe por todo o cuidado e preocupação, além de todo suporte para que eu tivesse acesso a uma educação de qualidade. Agradeço ao trabalho incansável feito por você, mãe.

Ao meu noivo, Gabriel, pela companhia nas noites em claro e toda motivação que por muitas vezes eu não tive. Seu amor e paciência fizeram toda diferença.

Agradeço à minha orientadora, Hayeska, que desde a primeira aula, em 2018, me inspira com sua história de luta. Seu carinho, paciência e colocações substanciais fizeram a construção deste trabalho ser possível.

Aos meus amigos, por estarem sempre disponíveis a me apoiar e amar incondicionalmente.

Por fim, agradeço à todas as estudantes que responderam o questionário e se propuseram a participar da entrevista. Suas colocações reforçam a importância de tudo que aqui foi exposto.

## RESUMO

Este trabalho teve por objetivo responder a seguinte pergunta norteadora: Como a pandemia afetou a vida das mulheres discentes na Universitária de Brasília? Aborda, assim, a problemática da pandemia na vida das mulheres discentes na Universidade de Brasília enquanto uma questão que perpassa a divisão sexual do trabalho remunerado e não remunerado, da inserção das mulheres na ciência e de como esse processo foi vivenciado durante este período de crise sanitária. Para tanto, foi realizada pesquisa de natureza quali-quantitativa, bibliográfica, documental e de campo. A coleta de dados empíricos se deu por meio da aplicação de questionário on-line e entrevista semi-estruturada. Ao final, a análise dos dados considerou os 46 questionários respondidos e a realização de 4 entrevistas com mulheres discentes da UnB. Os resultados apontaram para a sobrecarga das estudantes em virtude da pandemia, tendo como consequência menos tempo dedicado a universidade neste período.

**Palavras-chaves:** Pandemia. Divisão sexual do trabalho. Universidade.

## ABSTRACT

This work attempted to answer the following guiding question: How did the pandemic affect the lives of female students at the University of Brasília? It thus addresses the issue of the pandemic in the lives of female students as an issue that permeates the sexual division of paid and unpaid work, the insertion of women in science and how this process was experienced during this period of sanitary crisis. For that, a qualitative-quantitative, bibliographical, documentary and field research was implemented. Empirical data were collected through the application of an online questionnaire and a semi-structured interview. In the end, the data analysis considered 46 completed questionnaires and 4 interviews with female students at UnB. The results pointed to the overload of students due to the pandemic, resulting in less time dedicated to the university in this period of time.

Keywords: Pandemic. Sexual division of labor. University.

**LISTA DE GRÁFICOS**

VÍNCULO DE TRABALHO DAS PARTICIPANTES .....	40
CAGA HORÁRIA DE ATIVIDADE REMUNERADA EXERCIDA .....	42
NÚMERO DE PESSOAS QUE REALIZAM TRABALHO REMUNERADO.....	40

**LISTA DE ABREVIÇÕES E SIGLAS**

CEU	Casa do Estudante Universitário
CF	Constituição Federal
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
CNPq Tecnológico	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DAC	Decanato de Assuntos Comunitários
DDS	Diretoria de Desenvolvimento Social
DGP	Decanato de Gestão de Pessoas
DPI	Decanato de Pesquisa e Inovação
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OCDE	Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas.
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional da Educação
PQ	Produtividade em Pesquisa
UnB	Universidade de Brasília



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1. O IMPACTO DA PANDEMIA PELA COVID – 19 .....</b>	<b>13</b>
1.1 As implicações da pandemia no Brasil .....	13
1.2 A Universidade de Brasília e suas ações frente a pandemia .....	17
1.3 As desigualdades de gênero como particularidade da pandemia ....	21
<b>2. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO .....</b>	<b>25</b>
2.1 Contextualizando a divisão sexual do trabalho .....	25
2.2 A participação das mulheres na ciência .....	28
2.3 Trabalhos de cuidado não remunerados .....	32
<b>3. ANÁLISE DE DADOS .....</b>	<b>35</b>
3.1 O perfil socioeconômico das mulheres discentes na Universidade de Brasília .....	35
3.2 O impacto da pandemia na vivência das mulheres discentes em relação ao mundo do trabalho e ao trabalho não remunerado .....	39
3.3 Economia do Cuidado .....	43
3.4 A produção acadêmica das mulheres discentes e a repercussão pela Covid –19 .....	46
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>49</b>
<b>5 BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>50</b>
<b>6 APÊNDICES .....</b>	<b>53</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho teve por objetivo responder a seguinte pergunta norteadora: Como a pandemia afetou a vida das mulheres discentes na Universitária de Brasília? Para tanto, configuram-se como objetivos da pesquisa: 1) investigar quais as principais transformações nas tarefas de cuidado e trabalho doméstico não remunerado durante a pandemia na vida das mulheres discentes na Universidade de Brasília; 2) analisar como as mulheres discentes da Universidade de Brasília percebem o impacto da pandemia no seu desempenho acadêmico e profissional; e, 3) compreender como a pandemia impactou a vivência das mulheres discentes em relação ao mundo do trabalho e ao trabalho remunerado. Sendo assim, foram entrevistadas 4 mulheres e 46 mulheres responderam ao questionário aplicado. Assim, o trabalho expõe um conjunto de questões relativas à vida das mulheres estudantes da UnB e as transformações vivenciadas em virtude da pandemia.

A motivação para a construção da presente pesquisa tem início na minha vivência como estudante de Serviço Social. Na disciplina “Economia Política e Capitalismo” ministrada no primeiro semestre da graduação, foram abordadas questões acerca do papel da mulher na economia no decorrer da história, e a divisão sexual do trabalho. Diante disso, tive interesse em estudar o tema e, assim, procurei introduzi-lo nos trabalhos que me permitiam liberdade na escolha do tema.

Nas disciplinas de “Pesquisa Social”, sendo elas 1 e 2, fiz uma pesquisa de caráter exploratório para as referidas disciplinas, a respeito de “Mulheres universitárias em tempos de pandemia: responsabilidade nos trabalhos de cuidado” em que, através da aplicação de um formulário para 35 estudantes da Universidade de Brasília, foi evidenciado o crescimento no volume de trabalho, sobrecarga e impacto negativo na saúde mental dessas mulheres. Diante disto, tive motivação na escolha do tema da presente pesquisa no interesse em investigar de quais formas a pandemia impactou a vida das mulheres discentes na Universidade de Brasília. No contexto de pandemia, essa investigação se faz fundamental, visto que as crises, quer sejam sociais, econômicas e/ou políticas, tendem a, em sua maioria, provocar mais imediata e profundamente os seus impactos na vivência das mulheres.

A abordagem utilizada para construção da presente pesquisa foi a qualitativa. Para tanto, utilizou-se de um formulário, com a possibilidade de entrevista<sup>1</sup>, para coleta de dados quantificáveis e, a partir disso, foi realizada a qualificação dos dados mediante percepção dos atores sociais, experiências, influências e percepções dos sujeitos envolvidos (pesquisadora e pesquisados). Entre eles, há uma oposição complementar que, quando bem trabalhadas teórica e praticamente, produz riqueza de informações (MINAYO, 1998, p.22). Portanto, a partir das respostas ao formulário, foi feita a ordenação, a classificação e a análise dos dados. Aliada a isso, foram realizadas pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica é realizada a partir do registro existente resultante de pesquisas anteriores. Dessa forma, se utiliza de dados e base teórica já trabalhados por outros pesquisadores registrados (SEVERINO, 2007). Sendo assim, as categorias teóricas de análise na presentes pesquisa são: divisão sexual do trabalho e mulheres na ciência. Para dar suporte ao estudo referente ao impacto da pandemia na vida das mulheres universitárias, foi utilizada pesquisa documental secundária. Foi realizado levantamento de legislações nacionais e internacionais, políticas para mulheres e documentos elaborados pela própria Universidade de Brasília.

O formulário utilizado foi do tipo misto, incluindo questões abertas e fechadas. Os critérios de inclusão para resposta ao questionário foi ser mulher e estudante da graduação ou pós-graduação da Universidade de Brasília. O questionário foi divulgado por meio de mídias sociais, a fim de alcançar as estudantes, de modo a alcançar uma maior diversidade da amostra das respondentes da pesquisa.

O formulário incluiu um campo que facultou a possibilidade de as estudantes participarem de uma entrevista com roteiro semi-estruturado. As entrevistas foram realizadas de forma remota, por meio da Plataforma Teams, sendo preservada às participantes a escolha de ligar a câmera ou não. Antes da realização das entrevistas, foi aplicado um pré-teste com 3 voluntárias com o

---

<sup>1</sup> Conforme é possível verificar no Apêndice C, a última questão do formulário perguntava se a respondente teria interesse e disponibilidade para participar de uma entrevista com questões abertas para a mesma pesquisa. Em caso de resposta afirmativa, a respondente deveria informar seus contatos, por meio dos quais seriam acionadas para a participação nessa outra fase da coleta de dados.

objetivo de formular o tempo médio de resposta aos questionamentos, bem como identificar inconsistências e/ou fragilidades no instrumental.

Destaca-se, ainda, que para responder ao questionário, as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, para declaração do seu consentimento em participar da pesquisa. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) tem por objetivo propiciar aos participantes extenso esclarecimento sobre a investigação, seus riscos e benefícios, para que a sua participação seja, de fato, livre e consciente. Ressalta-se que foram elaborados dois TCLE: um para o questionário, e outro para a entrevista.

O questionário foi voluntário e anônimo, portanto não foram consideradas quaisquer informações referentes à identidade das participantes, com a finalidade de garantir o anonimato das estudantes na análise dos resultados. Só foram solicitados dados como nome, telefone e email para as voluntárias à entrevista.

Após a coleta de dados, foi realizada sistematização das informações contidas através de gráficos e tabelas para compreensão dos dados coletados. Para Minayo (1998), "o tratamento do material nos conduz a uma busca da lógica peculiar e interna do grupo que estamos analisando, sendo essa a construção fundamental do pesquisador" (MINAYO, 1998, p. 27). Sendo assim, após sistematização das informações, foi construída a redação final do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC e apresentação do mesmo.

O objetivo do primeiro capítulo é apresentar as características da pandemia no Brasil e na Universidade de Brasília com vistas a proporcionar um embasamento teórico e contextual que se demonstrará nos capítulos subsequentes. O capítulo divide-se em três partes: a primeira aborda e especifica as implicações da pandemia no Brasil, a segunda compreende as ações tomadas pela Universidade de Brasília no período pandêmico, e a terceira elucida as particularidades das desigualdades de gênero nesta crise sanitária. O segundo capítulo tem como finalidade apresentar e aprofundar as particularidades de gênero no mundo do trabalho e na ciência, com intuito de propiciar uma base teórica e contextual acerca das temáticas aqui apresentadas. O capítulo divide-se em três partes: a primeira contextualiza e aprofunda a divisão sexual do trabalho, a segunda compreende a inserção e a conjuntura das mulheres na ciência e a terceira expõe

as relações entre mulheres e os trabalhos de cuidado não remunerado. O último capítulo tem como objetivo apresentar o resultado e analisar os dados oriundos do questionário aplicado e das entrevistadas realizadas. As entrevistas usadas correspondem a duas estudantes; aqui nomeadas de A e B. A estudante A é uma mulher, estudante do curso de Serviço Social, branca, mãe de uma criança, possui 29 anos, em um relacionamento conjugal onde mora com seu companheiro e trabalhadora assalariada. A entrevistada B é uma mulher, estudante de Serviço Social, negra, sem filhos, possui 24 anos, e está em um relacionamento conjugal onde mora com sua companheira e trabalha de forma autônoma.

## 1. O IMPACTO DA PANDEMIA PELA COVID – 19

### 1.1 As implicações da pandemia no Brasil

O mundo soube do começo de uma nova doença na cidade chinesa de Wuhan, província de Hubei, nos primeiros dias do ano de 2020, o atual coronavírus (SARS-CoV-2) causador da Covid-19. O crescimento do número de pessoas infectadas se deu de forma exponencial. Em fevereiro daquele ano, o número de infectados na China havia saltado para quase 70 mil pessoas e fora do país eram mais de mil. Em 11 de março, quando os números já alcançavam a surpreendente marca de 126.214 infectados, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o status de pandemia<sup>2</sup> causada pelo novo vírus. Os desafios postos em evidência pela pandemia são, além de sanitários, socioeconômicos, políticos, científicos, culturais, éticos, acentuados profundamente pelas desigualdades entre países e regiões (MATTA et al., 2021).

O conhecimento científico a respeito do novo coronavírus, sua alta capacidade de contágio e mortalidade, ainda era incipiente, acarretando em incertezas no que diz respeito a estratégias utilizadas para o enfrentamento da doença no mundo (ALMEIDA et al., 2020). Apesar de a pandemia gerar fundamentalmente uma crise sanitária, os impactos produzidos por ela representam também uma crise econômica, sobretudo em países periféricos.

No Brasil, o primeiro caso foi detectado em fevereiro de 2020, e a primeira morte confirmada em março do mesmo ano. No mesmo mês, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, destacou a importância da quarentena e de medidas de distanciamento social, em uma tentativa de alinhamento com as recomendações da OMS. Esta adesão com a OMS resultou em conflitos com o presidente da república Jair Bolsonaro, que sustentava um discurso no qual minimizava a gravidade da doença e afirmava que a economia não poderia parar para contenção

---

<sup>2</sup> A Organização Mundial de Saúde define pandemia como a disseminação mundial de uma doença (OMS, 2010) A maior parte das pandemias são infecções respiratórias, cuja transmissão é a mais eficiente, rápida e comunitária, As epidemias de infecções respiratórias são mais eficientes e agressivas no espaço intradomiciliar e em outros lugares fechados em que há aglomeração.

de uma possível epidemia no Brasil. O governante defendia um tratamento precoce para a doença através do uso de hidroxiquina, remédio usado para malária. A divergência ocasionou a exoneração do ministro em 16 de abril daquele ano. Após isso, as coletivas do Ministério da Saúde cessaram, e a maioria do quadro técnico deixou a pasta. Com o avanço do vírus no país, as primeiras medidas de isolamento começaram a ser tomadas por estados e municípios a partir de 11 de março. A Portaria nº 188, de 3/2/2020, declarou estado de emergência em Saúde Pública e a Lei 13.979, de 6/2/2020, determinou algumas medidas para conter a disseminação do vírus, entre elas a quarentena e o isolamento.

As medidas de confinamento total (lockdown) repercutiram imediatamente sobre o mundo do trabalho, mais expressivamente no setor informal. Targino e Vasconcelos (2015) definem o setor formal do mercado de trabalho como aquele onde existe algum tipo de contrato entre empregador e empregado, firmado por meio da Consolidação de Leis do Trabalho (CLT) ou Estatuto do Servidor Público. Por outro lado, o setor informal é composto pelo trabalho desprotegido, em que não existe vínculo empregatício. No contexto pandêmico, os trabalhadores informais estão mais vulneráveis visto que estão desprotegidos de sistema de proteção social vinculado à carteira de trabalho assinada. Em contrapartida, os trabalhadores formais na pandemia viveram um período de demissões em massa, aumentando, assim, a vulnerabilidade da classe trabalhadora como um todo. As consequências podem ser identificadas nos dados do IBGE (2021), visto que o número de trabalhadores sem carteira assinada no setor privado aumentou 23,1% em um ano. A respeito do desemprego, Druck (2011) afirma que

A perda do emprego ou a perda da condição de uma inserção estável no emprego cria uma condição de insegurança e de um modo de vida e de trabalho precários, no plano objetivo e subjetivo, fazendo desenvolver a ruptura dos laços e dos vínculos, tornando-os vulneráveis e sob uma condição social fragilizada, ou de "desfiliação" social. (DRUCK, 2011, p. 91)

As desigualdades sociais da sociedade brasileira se traduzem de várias maneiras neste período, observado que os impactos da pandemia foram maiores em determinados grupos sociais e étnico-raciais. Em 2021, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou uma pesquisa cujo resultado evidencia que a pandemia afetou mais o trabalho de mulheres, jovens e negros. Os dados revelaram que, no segundo trimestre de 2019, a taxa de ocupação das mulheres

(46,2%) era inferior à do sexo masculino (64,8%). Em 2020, no mesmo período, houve redução para 39,7% no caso das mulheres e 58,1% para os homens. Na perspectiva racial, os dados apontaram que em 2015 a taxa de ocupação dos negros era de 55,1% e em 2020 passou a ser de 45,9% enquanto, no caso dos brancos, a taxa era de 57,5% em 2015 e baixou para 51,2% em 2020. Sendo assim, a proporção de ocupados entre negros e brancos que, em 2015 correspondia a 2,4 pontos, subiu para 5,3 pontos percentuais em 2020. Os estudos confirmaram que as desigualdades não reduziram, ratificando, inclusive, que piores indicadores ficaram associados aos grupos mais vulneráveis (IPEA, 2021).

A pandemia experienciada no Brasil é um fenômeno político engendrada no neoliberalismo (NUNES, 2020). Nunes (2020), em seu artigo “A pandemia de COVID-19: securitização, crise neoliberal e a vulnerabilização global”, salienta que:

a história da COVID-19 é feita de ações e omissões, ao longo das últimas décadas, que reduziram a capacidade dos sistemas de saúde de vigiar, conter e mitigar epidemias. Faz-se de escolhas políticas que acentuaram a desigualdade econômica, a precariedade do trabalho e o enfraquecimento de serviços públicos de assistência, o que por sua vez colocou uma parte significativa da população em situação de vulnerabilidade à doença e incapacidade de lidar com as suas consequências (NUNES, 2020, p.2)

À medida em que a pandemia avançava, o governo federal se mostrava cada vez mais incerto em seu enfrentamento contra a doença, o que acarretou, dentre outros, em trocas consecutivas de Ministros da Saúde, flexibilização na abertura de comércios, bem como atraso na compra e aplicação de vacinas. Essas medidas estiveram acompanhadas de retrocessos em diversas políticas sociais, legitimadas por um governo federal conservador, de extrema direita e de caráter autoritário.

O Ensino Superior também foi impactado e transformado em virtude da pandemia. Em 2019, a educação superior no Brasil já vinha sendo atacada, sendo 30% do orçamento das universidades federais contingenciado no que se refere às verbas destinadas para custeio de água, limpeza, bolsas de auxílio a estudante, entre outros. Para Mancebo (2020), a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 representou uma política para além de neoconservadora, semifascista. As universidades e o mundo acadêmico-científico têm sido alvos a serem abatidos neste contexto. A autora (2020) explica que



Especificamente, o sistema federal é o grande alvo dos ataques e pode-se afirmar que toda a problemática que envolve as eleições de reitores nas universidades federais tem por meta garantir uma plena ingerência do governo nessas instituições, na tentativa de ajustá-las ideologicamente. Além da motivação ideológica, interessa ao projeto bolsonarista enfraquecer os meios acadêmico-científicos para que não criem obstáculo a seus projetos econômicos e na medida do possível até contribuam. (MANCEBO, 2020, p. 8)

Esta era a situação da educação superior brasileira antes da chegada da pandemia. Com a chegada da mesma, as Instituições de Ensino Superior (IES) que possuíam complexos hospitalares e concentravam boa parte da área da saúde para atendimento presencial da população, passaram a redirecionar suas pesquisas a fim de dar resposta á pandemia, desenvolvendo pesquisas sobre tratamentos, vacinas e equipamentos médicos a baixo custo (MANCEBO, 2020).

As demais unidades de ensino tiveram as atividades presenciais interrompidas, sendo, em grande medida, substituídas para a modalidade de ensino remoto, inclusive nas instituições privadas. Uma das consequências mais imediatas disto foi a demissão em massa de professores universitários. As Universidades Públicas, ao adotarem o ensino remoto, evidenciaram a desigualdade que há muito se vivencia no país. Para o ensino remoto, é necessário equipamento tecnológico e acesso à internet. Muitos estudantes que não dispunham de tais ferramentas foram prejudicados neste período.

Em 2020, uma pesquisa promovida pelo Comitê Gestor da Internet do Brasil revelou que 19% da população com mais de 10 anos não têm internet em casa. A pesquisa expos que o acesso à internet é desigual, visto que 90% das casas das classes D e E se conectam à rede exclusivamente pelo celular.

A pós-graduação, a pesquisa e a ciência também sofreram ataques em meio à crise sanitária. Foi publicada a Portaria nº 34, da CAPES, em 9 de março de 2020, que determinou a redução de 10% do total de bolsas de pós-graduação financiadas. Além disso, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, através da Portaria Nº 1122, definiu as prioridades para o financiamento dos projetos de pesquisa para o período de 2020 a 2023, em que o apoio à ciência básica, ciências humanas e sociais foi omitido. Essa política deve ser criticada e transformada, conforme aponta Mancebo (2020):

Esse dramático cenário bem define o “normal” em que vivíamos, cuja brutalidade precisa ser estancada, o que significa assumir que a crítica ao ultraneoliberalismo e ao neoconservadorismo siga acompanhada de uma crítica radical ao capitalismo, em prol de uma sociedade baseada em princípios que promovam a igualdade e a justiça social. (MANCEBO, 2020, p.12)

Diante do que foi exposto, compreende-se que são muitas as consequências e implicações da pandemia no Brasil. A resposta do Estado referente aos problemas aqui elencados mostraram-se insuficientes, sendo necessário a responsabilização direta deste governo por todas as políticas negacionistas implantadas. Ressalta-se a importância das Universidades no combate ao vírus, e a necessidade de realização e continuidade das pesquisas para superação da crise sanitária.

## **1.2 Universidade de Brasília e suas ações frente a pandemia**

A Universidade de Brasília (UnB) foi instituída pela Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961 e inaugurada em 21 de abril de 1962. O projeto da UnB deu-se em contraposição ao modelo tradicional de universidade no país (APARECIDA, 1995). A luta para a criação da instituição data entre 1957 e 1958, justificada pela necessidade de uma universidade no centro do poder do país, Brasília. Na concepção de seus criadores, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, a mesma deveria ser integrada à ciência e tecnologia, modificando os padrões de conhecimento presentes no ensino superior brasileiro (APARECIDA, 1995). Referente a essa mudança de paradigma, Aparecida (1995) esclarece que

A ousadia seria identificada com seus princípios, com o regime jurídico da Universidade, com a estrutura acadêmico administrativa, com o conteúdo dos programas e a introdução sistemática da pesquisa. Tudo era novo em um País acostumado a um conjunto de universidades estreitamente amarradas ao controle da burocracia do Estado quanto aos seus planos, conteúdos didáticos e formas de aplicação e gestão. (APARECIDA, 1995, p.41)

O princípio em que se fundava a Universidade era o da autonomia. Na expressão de Darcy, criada para ser a melhor do mundo, uma universidade autônoma, dona de si mesma e libertária no sentido de dar ao país um instrumento de autonomia no seu desenvolvimento cultural. A missão da Universidade é:

Ser uma universidade inovadora e inclusiva, comprometida com as finalidades essenciais de ensino, pesquisa e extensão, integradas para a formação de cidadãos e cidadãos éticos e qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para questões nacionais e internacionais, por meio de atuação de excelência (UNB, 2017, p. 35).

Relativo à autonomia didática, o regime didático da universidade, inclusive do currículo dos seus cursos, não estará submetido às condições impostas a legislação geral do ensino superior. O Plano Orientador da Universidade de Brasília (1962) trazia características acerca da estrutura acadêmico-administrativa, em que o sistema de cátedras era substituído.

No plano estrutural da Universidade de Brasília, era substituída a divisão tradicional da universidade em faculdades isoladas e em cátedras autárquicas e duplicadoras, por um novo modelo organizativo. Este era constituído por três conjuntos de órgãos de ensino, pesquisa e extensão cultural, integrados numa mesma estrutura funcional: os institutos centrais de ciências, letras e artes (matemática, física, química, biologia, geociências, ciências humanas, letras e artes), as faculdades profissionais (ciências agrárias, ciências médicas, ciências tecnológicas, ciências políticas e sociais, arquitetura e urbanismo e educação) e de unidades complementares (biblioteca central, editora, rádio difusora, estádio e museu) (RIBEIRO, 1978, p. 133)

Com a instauração da ditadura militar, em 1964, a UnB foi ocupada pela polícia militar e alunos e professores foram presos. O que se sucedeu neste período foi a destituição de autoridades universitárias, e a estrutura pensada para a instituição foi interrompida. A partir de 1985, após o fim da ditadura militar, com a redemocratização do país, nem todas as ideias planejadas para a UnB foram retomadas. Ainda assim, a universidade conseguiu se estabelecer entre as instituições de ensino superior do Brasil. Aparecida (1995) salienta que

A UnB ainda guarda a sua primeira mensagem e mantém a memória da resistência imprimida pelas comunidades universitárias ao longo desses anos. Na sua memória haverá sempre a permanência das duas imagens impostas pela realidade: a "necessária" e a "construída", não importando seus atores. (APARECIDA, 1995, p. 53)

A educação garantida como direito social foi instituída apenas em 1988, na Constituição da República Federativa do Brasil. Esta política é fundamental para o desenvolvimento do país, visto as desigualdades sociais, econômicas e regionais existentes no Brasil, resultando em um nível educacional de baixa qualidade. Através das políticas públicas, é possível que o Estado intervenha

nesta realidade, a fim de contribuir para a diminuição das desigualdades. Sendo assim, a CF (1988) estipula que:

[...] Art.205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [...]  
(BRASIL, 1988).

Estas políticas educacionais são solidificadas através de algumas legislações que surgem para garantir este direito. Em 1996, surgiu a Lei nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Esta legislação se baseou no princípio universal de educação para todos. Nela a assistência estudantil encontra suporte em seu 1º princípio do Art. 3º, que disserta sobre a igualdade de condições para acesso e permanência do estudante (BRASIL, 1996). A lei nº 10.172 regulamentou o Plano Nacional da Educação (PNE), de 09 de janeiro de 2001. O PNE estipulou a necessidade de desenvolvimento de planos estaduais, municipais e distrital de educação com duração de dez anos, e após este prazo ficaria estabelecido que um novo plano deveria ser implantado. No ensino superior, incentivou a importância de criação de programas de assistência estudantil, com o objetivo é assistir estudantes socialmente vulneráveis.

Em 2007, foi criado o Plano Nacional de Assistência Estudantil e, em 12 de dezembro do mesmo ano, este foi instituído pela Portaria Normativa nº 39 - Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), para as universidades federais. Logo em seguida, o mesmo tornou-se o Decreto nº 7234, de 10 de julho de 2010.

Art. 2º São objetivos do PNAES:

I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

[...]. (BRASIL, 2010)

A criação destas legislações institucionalizou a assistência estudantil como política pública. Dessa forma, foi disponibilizado, a partir disto, recursos orçamentários específicos com o objetivo de garantir o acesso e a permanência dos estudantes nas universidades federais até a sua diplomação.

Na Universidade de Brasília, a Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) está associada ao Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), responsável pela gestão da política de assistência estudantil. Para acesso aos programas e iniciativas da DDS, inicialmente é necessário um estudo socioeconômico para constatar que o estudante está em situação de vulnerabilidade social. Uma vez feito o estudo, ele é válido por dez semestres, permitindo que o aluno permaneça nos programas sem a necessidade de apresentar novas comprovações, caso sua situação não mude (UNB, 2022). Os programas ofertados pela Universidade de Brasília são: Moradia Estudantil, Bolsa Alimentação, Auxílio Socioeconômico, Vale-Livros, Acesso à Língua Estrangeira e o Auxílio Emergencial.

No primeiro semestre de 2020, a Universidade de Brasília decidiu suspender as aulas presenciais em razão do coronavírus. Inicialmente, o semestre continuaria vigente por meio remoto com interrupção apenas das aulas presenciais. Contudo, neste momento a universidade não ofereceu subsídio para os estudantes que não tinham acesso à internet ou equipamento necessário para continuidade das aulas remotas, além de não oferecer alimentação para os alunos que dependiam da oferta do restaurante universitário para se alimentar, já que este também suspendeu suas atividades presenciais. Em razão destes fatores, o semestre foi suspenso e foi feito um novo calendário acadêmico, o qual foi retomado na modalidade remota no dia 17 de agosto de 2020.

Para que fosse possível o ingresso de todos os alunos na modalidade remota, foi oferecido um auxílio inclusão digital, que contemplou internet, oferta de equipamento ou auxílio em pecúnia para adquirir equipamentos com notebook. No total, foram feitas 2.745 inscrições. Além disso, a Universidade ofereceu aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica o auxílio alimentação emergencial, por meio do qual quem morava na Casa do Estudante, recebeu marmita, e quem mora em outra localidade, recebeu no formato de pecúnia.

Paralelamente a essas ações, a instituição ofereceu atividades para promoção de saúde e bem-estar durante isolamento social, como terapia on-line comunitária para os discentes, bate-papo literário e atividades de técnicas de relaxamento. Ademais, mais um laboratório de informática foi estruturado na CEU, com o objetivo de dar suporte às aulas remotas. Para os editais emergenciais, o investimento total foi de R\$ 2.195.919,00. A resposta da

Universidade frente às demandas foi possível por meio do uso de recursos já aprovados para utilização no PNAES em 2020.

O cenário pandêmico e as ações executadas pela Universidade de Brasília para enfrentamento dos seus efeitos sobre a vida dos estudantes refletem a importância da assistência estudantil enquanto ferramenta de acesso a direitos. Para além da pandemia, é necessário ampliar esta política para todos aqueles que dela necessitam. O auxílio, além de financeiro, deve compor medidas para suportes de acolhimento social e psicológico aos estudantes.

### **1.3 As desigualdades de gênero como particularidade da pandemia**

As mulheres comumente são as mais afetadas pelas crises, sejam elas econômicas, humanitárias ou sanitárias. Sendo estas crises estruturais ou conjunturais, as mulheres costumam ser as que sentem mais rápida e profundamente seus efeitos (BARROSO E GAMA, 2020). Em 2020, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) constatou que em crises que provocam perda ou redução de renda, as mulheres estão mais vulneráveis, visto que estas têm taxas de pobreza mais altas, representam maior parte no trabalho informal, além de ter menor acesso aos benefícios previdenciários.

Segundo a Síntese de Indicadores Sociais, de 2019 (IBGE), 41,3% da população ocupada está no trabalho informal. Aplicando um recorte de gênero, o trabalho informal representa 42% do emprego feminino, enquanto simboliza 20% do emprego masculino. Dentre as trabalhadoras informais, 47,8% são de mulheres negras, segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - Continua (PNAD Contínua) (IBGE, 2019b). Acerca das relações de trabalho no recorte de gênero, Hirata e Kergoat (2007) problematizam que se “constata que a divisão sexual do trabalho amolda as formas do trabalho e do emprego e, reciprocamente, que a flexibilização pode reforçar as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo” (HIRATA E KERGOAT, 2007, p. 600).

Consequentemente, as mulheres são mais afetadas pelo desemprego e precarização/flexibilização do trabalho. Em um cenário pandêmico, em que os

trabalhadores informais apresentam maior probabilidade de contrair o vírus, as mulheres, sobretudo as mais pobres, possivelmente sofrem maior impacto econômico em decorrência da perda de parte ou da totalidade da renda.

Referente às medidas de isolamento social que diminuem o risco de contágio pelo vírus, ficou evidente na pesquisa “Painel de monitoramento com lideranças comunitárias sobre os impactos do avanço da pandemia do Covid-19”, realizada pela Rede de Pesquisa Solidária (2020), que para as pessoas em situação de vulnerabilidade a fome é a principal dificuldade para cumprimento das mesmas. O estudo apontou que em 68% das comunidades a fome já é um dos principais problemas vividos. Ademais, 60% dos entrevistados citam trabalho e renda como problemas graves. A relação entre o aumento do desemprego e a redução de salários durante este período, e o crescimento da retomada de atividades de geração de renda também foi apontada pela pesquisa, visto que muitas vezes a pressão para que estas atividades fossem geradas implicou no não cumprimento das recomendações de isolamento social, por conseguinte, no aumento de risco de contágio. Sendo as mulheres as mais impactadas por tais vulnerabilidades, a dificuldade de cumprir tais medidas de isolamento social se fez presente.

A insegurança alimentar, mesmo antes da pandemia, é mais alta em domicílios chefiados por mulheres, conforme Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2004). Uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 2022 expõe que a insegurança alimentar no Brasil aumentou significativamente durante a pandemia. Os dados apontam que, em 2021, 38% da população estava em situação de fome, apresentando um aumento de 6% comparado aos índices de 2019, antes da pandemia. A respeito das mulheres, 47% das pessoas do gênero feminino estavam sofrendo com a fome no mesmo ano, contra 33% de 2019. Em contrapartida, durante a pandemia, a quantidade de indivíduos do gênero masculino em situação de insegurança alimentar diminuiu um ponto percentual em comparação ao ano anterior. Fica evidente que o impacto da fome durante o período pandêmico foi/é sentido mais fortemente por mulheres.

A relação entre insegurança alimentar e as mulheres também é atravessada pela responsabilização destas por “cuidar do próximo”. O documento “COVID-19 na América Latina e no Caribe: como incorporar mulheres e igualdade de gênero

na gestão da resposta à crise” sobre as dimensões de gênero na pandemia, publicado pela ONU Mulheres para Américas e Caribe em 2020, ressalta que

as mulheres continuam sendo as mais afetadas pelo trabalho não-remunerado. Devido à saturação dos sistemas de saúde e ao fechamento das escolas, as tarefas de cuidado recaem principalmente sobre as mulheres que, em geral, têm a responsabilidade de cuidar de familiares doentes, pessoas idosas e crianças (ONU MULHER, 2020).

A respeito dos trabalhos comumente realizados por mulheres, segundo Donna Haraway (1985, p.69), o ‘trabalho feminizado’ é uma forma de caracterizar um trabalho vulnerável, “capaz de ser desmontado, remontado, explorado como uma força de trabalho de reserva”, que pode ser realizado tanto por mulheres quanto por homens. A questão não é o sexo de quem o realiza, é a marcação de gênero: o feminino ou feminizado, como quase sinônimo de desqualificado, precário. A autora afirma (1985) que

Ser feminizado significa: tornar-se extremamente vulnerável; capaz de ser desmontado, remontado, explorado como uma força de trabalho de reserva; que as pessoas envolvidas são vistas menos como trabalhadores/ as e mais como servos/as; sujeito a arranjos do tempo em que a pessoa ora está empregada num trabalho assalariado ora não, num infeliz arremedo da ideia de redução do dia de trabalho; levar uma vida que sempre beira a ser obscena, deslocada e reduzível ao sexo. (HARAWAY, 1985, p. 69).

No Brasil atual, a mulher permanece sendo a figura responsável quando se pensa em cuidados da casa e da família, legitimada por uma sociedade patriarcal em que as desigualdades de gênero, as opressões e a discriminação das mulheres são naturalizadas. Mulheres ingressam no mercado de trabalho e são responsáveis pelo sustento da família, mas a sociedade ainda atribui exclusivamente às mulheres a responsabilidade pelas tarefas de cuidado, o que evidencia o conceito histórico de divisão sexual do trabalho. Apesar de serem essenciais para o funcionamento da economia e dos lares, as tarefas de cuidado permanecem desvalorizadas.

As mulheres foram/são as mais afetadas pela pandemia, mas já eram muito antes desta nova crise, a qual joga luz para problemas históricos e sociais. Na situação atual, testemunha-se a justaposição entre trabalho doméstico não-remunerado e remunerado, tornando a casa um ambiente ambíguo, que comporta a produção acadêmica, bem como o trabalho doméstico e de cuidados das mulheres estudantes universitárias. Desde o começo de seu caminho como estudantes universitárias, as mulheres cientistas são obrigadas a aprender a



negociar. A sociedade enxerga com desconfiança o seu trabalho, muitas vezes desmotivando o trabalho acadêmico por elas desenvolvido. Mulheres sentem-se mais impossibilitadas de encontrar tempo e espaço para pesquisar, estudar e exercer outras atividades.

## 2. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

### 2.1 Contextualizando a divisão sexual do trabalho

A concepção de divisão sexual do trabalho foi usada primeiramente pelos etnólogos, com o objetivo de caracterizar uma divisão adicional nas tarefas entre homens e mulheres nas sociedades que estudavam. O termo só foi acrescido de um novo conteúdo por antropólogas feministas. Estas demonstraram que a expressão, na verdade, tinha a ver com a relação de poder dos homens sobre as mulheres. A partir disso, foi utilizada em outras disciplinas, como a História e a Sociologia, e adquiriu o valor de um conceito analítico (KERGOAT, 2009).

A divisão sexual do trabalho está associada a desigualdade de gênero existente na sociedade de classes, sustentada durante os seus períodos mais importantes e perpetuada através da história. Evelyn Reed, em seu livro “Sexo contra Sexo ou Classe contra Classe”, afirma que

[...] a sociedade de classe se caracteriza essencialmente pela dominação masculina, e esta dominação foi difundida e perpetuada pelo sistema da propriedade privada, pelo Estado, pela Igreja e pelas instituições familiares que servem aos interesses dos homens. Com base nesta situação histórica divulgou-se o mito da pretendida superioridade social do sexo masculino. (REED, 2008, p. 58)

As conjunturas em que vivem homens e mulheres são construções sobretudo sociais. Para (Kergoart, 2009, p. 67), “eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo”. Estas relações sociais possuem como base social o trabalho e são historicamente moldadas em cada sociedade. A divisão sexual do trabalho destina aos homens, prioritariamente, a esfera produtiva e às mulheres a esfera reprodutiva, resguardando aos homens atribuições de grande relevância social, como a política e a religião. Sendo assim, é possível compreender que a divisão sexual do trabalho se refere à totalidade do trabalho, que inclui o trabalho profissional e doméstico, formal e informal, remunerado e não-remunerado (HIRATA, 2015).

Esse modelo de divisão sexual do trabalho é composto por dois fundamentos: o de separação, que divide os trabalhos em "de homens" e "de mulheres", e o da hierarquização, em que o trabalho de um homem tem mais valor que o da mulher. Esses princípios são legitimados pela ideologia naturalista que determina o gênero ao sexo biológico, e os papéis sociais ao destino natural da espécie. Por ser uma relação social, a sua construção também é realizada de acordo com a sociedade, portanto a divisão sexual do trabalho não é imutável.

No começo dos anos 1970, na França, sob o entusiasmo do movimento feminista, houve uma onda de trabalhos que deu início à geração das bases teóricas do conceito de divisão sexual do trabalho. Para Kergoat (2009), o que deu início ao movimento feminista não foi a tratativa da questão do aborto, mas a tomada de consciência de uma opressão específica de que uma enorme quantidade de trabalho era realizada de forma gratuita por mulheres, que esse trabalho era invisível e feito para os outros em favor de um dever maternal. A denúncia do movimento era: basta de executar aquilo que não era visto como trabalho, mas como uma função automática das mulheres, sem qualquer reconhecimento. Paulatinamente, as pesquisas começaram a analisar o trabalho doméstico com o mesmo peso que o trabalho profissional, o que permitiu pensar em termos de uma divisão sexual do trabalho.

O debate sobre a divisão sexual do trabalho trata não só de uma ordem epistemológica, mas também de uma ordem política (KERGOAT, 2009). Portanto, é necessário compreender como historicamente as relações sociais tiveram força nas instituições e legislações e evidenciar as novas tensões geradas na sociedade atual.

O advento da globalização, ou melhor, o contexto de reestruturação produtiva, intensificado nos anos 1990, traz profundas transformações no mundo do trabalho. Hirata (2001), em seu artigo "Globalização e divisão sexual do trabalho", cita a definição capitalista de globalização para um empresário citado por François Chesnais:

a liberdade para o seu grupo de se implantar onde ele quiser, o tempo que ele quiser, para produzir o que ele quiser, comprando e

vendendo onde ele quiser, e tendo que suportar o menor número de obrigações possíveis em matéria de direito do trabalho e de convenções sociais. (CHESNAIS, François. La mondialisation du capital. Nouvelle édition augmentée, Paris, Syros, 1997, p.22.)

O fenômeno da globalização é definido por economistas como a ruptura de limites e fronteiras que visa a formação de um mercado mundial unificado. Esse processo traz maior variedade e intensidade de produção. Para Hirata (2001), esse movimento é estimulado por políticas governamentais neoliberais, pelo desenvolvimento acelerado de tecnologias de informação e de comunicação e a expansão de redes, além do novo papel desempenhado pelos organismos internacionais que tem como função a regulação e nem sempre trabalha em harmonia com a regulação do Estado-Nação.

Os efeitos da globalização impactaram de forma desigual o emprego masculino e feminino. Enquanto o emprego masculino regrediu ou estagnou, a participação de mulheres no mercado de trabalho cresceu, tanto em áreas formais quanto informais. Porém, a entrada de mulheres se deu principalmente em empregos precários e vulneráveis. Apesar da maior inserção de mulheres no trabalho remunerado, as desigualdades de salários e condições de trabalho não se modificaram estruturalmente. Além disso, a divisão do trabalho doméstico permaneceu desigual.

O contexto atual é marcado pela transformação no mundo do trabalho, marcado pela flexibilização, privatização e aumento do desemprego. Hirata (2011) afirma que "essa transformação paradoxal do trabalho caracteriza uma situação que implica em diminuição tendencial de empregos estáveis e precariedade de uma proporção significativa da população ativa". Apesar da atividade feminina ainda ser maior concentrada em serviços pessoais, saúde e educação, houve uma diversificação do quadro profissional, ou seja, inserção de mulheres em profissões como engenharia, medicina e advocacia com salários relativamente bons. Contudo, trabalhadoras ditas como de "baixa qualificação" permaneceram com baixos salários e sem reconhecimento. Além disso, não há mudança significativa na divisão sexual dos trabalhos doméstico. Hirata (2001) pontua que

Em oposição a essas tendências recentes no trabalho profissional feminino, as mudanças no trabalho doméstico são menores e muito mais lentas. Se o forte desenvolvimento das tecnologias domésticas tendeu a facilitar essas tarefas, a divisão sexual do trabalho doméstico e a atribuição deste último às mulheres, em realidade, continuou intacta. A relação entre o trabalho doméstico e a afetividade parece estar no centro dessa permanência (HIRATA, 2001, p.139)

Portanto, apesar de as mulheres conquistarem o mercado de trabalho, as desigualdades ainda persistem. As expressões dessa desigualdade se manifestam no trabalho remunerado, onde mulheres recebem menores salários em relação aos homens, condições de trabalho mais precárias e maior flexibilização de funções, bem como no trabalho doméstico não remunerado, onde as mulheres trabalham mais em função da “dupla jornada” entre trabalho formal e trabalho doméstico.

## **2.2 Mulheres na ciência**

Em meados de 1970, com a ascensão do feminismo e dos estudos sociais, teve início a reflexão acerca da relação entre gênero e ciência. Neste período, o movimento feminista se empenhou em fazer resgate de casos de mulheres cientistas desde a Grécia antiga até os dias atuais, com o objetivo de expor que as mulheres há muito participavam da produção do conhecimento científico.

A constituição da ciência moderna e sua formalização envolveu uma série de normas que afastaram as mulheres, amparada em teorias biomédicas, a partir das quais se afirmava que as diferenças fisiológicas ou anatômicas entre homens e mulheres limitavam o potencial intelectual destas últimas. Além disso, os parâmetros que definem a legitimidade da construção de uma ciência – neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade — foram pensados de acordo com a visão de mundo das pessoas que os criaram, sendo eles os homens (LÖWY, 2009). Nesse sentido, a crítica feminista à ciência tem se ocupado em problematizar o entendimento de que a produção da ciência considerada legítima se dá a partir dos valores associados ao masculino, dos quais as mulheres são consideradas naturalmente

desprovidas. Posto isso, o feminismo tem problematizado a concepção de produção científica legítima, já que esse é fundamentado em valores associados ao masculino, cujo as mulheres são tidas como desprovidas. Lõwi (2009) afirma que

Elaborar uma crítica do uso dos conceitos de universalidade ou objetividade da ciência em determinadas circunstâncias históricas não implica que seja necessário renunciar à aspiração de desenvolver conhecimentos universalmente válidos e produzir um conhecimento objetivo do mundo natural. As pesquisadoras que têm estudado a relação entre ciências e gênero, mas também entre ciências e classes sociais, etnia, ou culturas não ocidentais, têm argumentado que a ampliação da base do conhecimento científico levaria ao desenvolvimento de uma maior objetividade e de uma maior universalidade das ciências. (LÖWY, 2009, p. 42)

Silva e Ribeiro (2014) afirmam que “uma carreira científica bem-sucedida se sustenta na equação: pesquisa + publicação = recursos”. Neste sentido, os integrantes da comunidade científica necessitam produzir de forma significativa para concorrer à aquisição de bolsas e recursos. Entende-se que a prioridade é ser produtivo. Nas palavras das autoras, “viver para a ciência” para que se tenha “mérito”, alimentando uma lógica “meritocrática” na aquisição do saber.

A divisão sexual do trabalho, já tratada anteriormente neste trabalho, persiste no contexto atual, o que significa dizer que a entrada de mulheres na ciência não as desobriga das suas demandas com os cuidados da casa e dos filhos. Sendo assim, a jornada das mulher-mãe-pesquisadora é excessiva.

No Brasil, a mulher só ingressou na Universidade em 1912. Na década de 1970, por influência do feminismo, a escolarização das mulheres se intensificou no país. Leta (2003) expõe que, em 2003, as mulheres representavam a maioria entre os alunos matriculados no ensino superior (56,3%) e entre concluintes (62,4%). Através da análise da distribuição de bolsas de pesquisa pelo CNPq, é possível perceber o aumento da inserção feminina nas ciências brasileiras. Em 2002, as mulheres já eram maioria entre os que receberam bolsa de mestrado e Iniciação Científica (52,9% e 55,1%). Referente a bolsas de doutorado, as mulheres receberam quase metade das bolsas (48,4%). De 2013 a 2017, segundo dados do CNPq Inep e Parent in

Science, as mulheres representaram 55% dos bolsistas do CNPq em iniciação científica, 52% das bolsas de mestrado, 50% das bolsas de doutorado, 53% das bolsas de pós-doutorado e 36% de bolsas em produtividade em pesquisa. Os dados mostram que, apesar de as mulheres serem maioria na concessão de bolsas, a participação feminina diminui conforme elas sobem de posição nos níveis acadêmicos.

A crítica feminista é também sobre a desigualdade de gênero e raça na ciência. A ausência das mulheres na ciência foi historicamente constituída já que na criação das instituições científicas foi estabelecido os sujeitos produtores de conhecimento científicos, excluindo as mulheres e os povos não ocidentais (SCHIEBINGER, 2001). Em seu artigo sobre as trajetórias de mulheres na ciência, Silva e Ribeiro (2014) refletem acerca da contribuição do feminismo na transformação da posição das mulheres na ciência, apontando que houve avanços significativos na participação e ocupação das mulheres em universidades e espaços científicos, no entanto essa participação tendeu a se concentrar em determinadas áreas como Psicologia, Linguística, Nutrição, Serviço Social, Fonoaudiologia, Economia Doméstica e Enfermagem, o que Felício (2010) chama de guetos femininos.

Referente à docência, também se percebe em números o efeito das desigualdades de gênero. As mulheres não avançam nas carreiras na mesma proporção que os homens. Adotando como referência o número de bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) do CNPq para professor(a) titular, dados apontam que em 2010 apenas 34,8% do número de bolsistas eram mulheres. O relatório “Produtividade acadêmica durante a pandemia: Efeitos de gênero, raça e parentalidade”, elaborado pelo movimento Parente in Science durante o isolamento social decorrente da pandemia, foi respondido por quase 15 mil cientistas. Os dados expressos no relatório revelam que, dos docentes que conseguiram trabalhar remotamente, 8% eram mulheres e 18,3% eram homens. Referente à raça, 25,3%, se declararam negros. Os números evidenciaram que o impacto da pandemia na produtividade acadêmica foi maior para as mulheres e menor para os homens, além disso a eficiência e a produtividade de pessoas negras foi mais afetada em comparação às pessoas brancas.

O relatório já citado anteriormente também aponta que 4,3% das mulheres docentes que estavam conseguindo trabalhar remotamente possuíam filhos, e 18,4% não possuíam filhos. O número é bem menor do que a categoria masculina, em que 14,9% dos homens que conseguiam trabalhar remotamente possuíam filhos e 25,6% não possuíam filhos. Estes resultados exprimem que a parentalidade tem maior impacto na vida da mulher, tendo como consequência direta seu menor desempenho e rendimento no trabalho remoto.

O documento “Tempo de Cuidar”, publicado pela plataforma Oxfam Brasil (2020), evidencia que “As mulheres dedicam 12,5 bilhões de horas, todos os dias, ao trabalho de cuidado não remunerado, o que reflete em uma contribuição de pelo menos U\$10,8 trilhões por ano à economia global”. Apesar da importância econômica e social do trabalho de cuidado feito pelas mulheres, é uma tarefa não remunerada e pouco valorizada.

Na UnB, a presença de mulheres em três segmentos é praticamente equânime em relação aos homens. As mulheres representam 50,9% dos alunos da graduação, 53,3% de pós-graduação e entre os técnicos administrativos 51,2%. A exceção se dá no segmento dos docentes, no qual ocupam 45,2% das vagas. A pesquisa da UnB, contudo, é liderada por maioria feminina. Do total de 607 grupos de pesquisa certificados, de várias áreas do conhecimento, 323 são coordenados por mulheres, conforme levantamento do Decanato de Pesquisa e Inovação (DPI). Ainda há espaços a serem ocupados, principalmente em funções de direção e gestão. Dados recentes (2020) do Decanato de Gestão de Pessoas (DGP) mostram que as mulheres estão com 46,9% das funções gratificadas e cargos comissionados disponíveis na Universidade.

É possível compreender que a desigualdade de gênero presente no capitalismo, sustentada estruturalmente pelo patriarcado, afeta a vida das mulheres em diversas esferas. A mulher foi inserida no mercado do trabalho, em universidades e espaços científicos como sujeito possuidor de conhecimento, contudo permanece a concepção das tarefas de cuidado e da responsabilidade acerca das crianças como incumbência exclusiva da mulher.



Sendo assim, a divisão sexual do trabalho instituída na sociedade gera sobrecarga para as mulheres, sobretudo no período de pandemia. É inconteste que a participação feminina na ciência aumentou substancialmente no decorrer dos anos no Brasil. Entretanto, as mulheres permanecem ocupando menos espaços de liderança em relação aos homens.

### 2.3 Trabalhos de cuidado não remunerados

O entendimento já exposto sobre divisão sexual do trabalho reforça a necessidade de compreensão do trabalho remunerado e não remunerado enquanto aspectos relacionados do trabalho social, visto que o trabalho das mulheres pode ser compreendido na articulação entre o mercado de trabalho, o mundo doméstico e as relações sociais de gênero (ARAUJO, 2017). A respeito do cuidado, Kergoat (2016) traz, no livro “Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais”, a definição de cuidado dada pelo colóquio internacional "Teorias e Práticas do Cuidado" como:

O cuidado não é apenas uma atitude de atenção, é um trabalho que abrange um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em oferecer uma resposta concreta às necessidades dos outros. Assim, podemos defini-lo como uma relação de serviço, apoio e assistência, remunerada ou não, que implica um sentido de responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar de outrem. (KERGOAT, 2016, p.17)

Para a autora, o trabalho do cuidado pode ser representado como o paradigma da produção do viver. Apesar desta definição conferir dignidade ao trabalho doméstico remunerado e gratuito, não elimina o fato de este ser, também, não qualificado, mal pago, e, muitas vezes, obrigatório para a mulher (KERGOAT, 2016).

As feministas materialistas, na segunda onda do movimento feminista, teorizaram sobre o trabalho doméstico, tido como gratuito e "sem valor", e constataram que este era excluído do mercado, e correspondia a categoria de trabalho explorado, sendo essas trabalhadoras exploradas na sociedade. Após a construção do conceito de divisão sexual do trabalho, foi possível relacionar o trabalho doméstico e assalariado, em que se verificou que a divisão do

trabalho deveria compor todo o conjunto de trabalho socialmente fornecido, qualquer que fosse sua forma, além daquele trabalho produtor de valor.

Fougeyrollas-Schwebel (2009, p. 257) define trabalho doméstico como “um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família — domicílio conjugal e parentela — trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres”. O patriarcado rege o sistema de produção familiar e este ordena as atividades domésticas como pequenas produções mercantis. Quando se desfaz a oposição entre produção mercantil e não-mercantil, é possível perceber que não é por conta da natureza da produção do trabalho doméstico exercido pelas mulheres que este trabalho é excluído do poder econômico. Fato é que os mesmos bens produzidos neste contexto, quando realizados fora da família são remunerados.

No decorrer dos anos 1970, as pesquisas históricas, econômicas ou sociológicas destacaram que a sociedade salarial não se limita exclusivamente na esfera produtiva (SCHWEBEL, 2009). O desenvolvimento de autonomização dos sujeitos é resultado da expansão do trabalho assalariado e do fortalecimento da esfera privada. Nesse sentido, homens e mulheres são inseridos em processos diferentes de individuação, onde o trabalho da mulher na configuração de esfera privada é o ambiente doméstico, local onde se entende que ela tem disponibilidade constante para encargo da família. Schwebel (2009) afirma que

Economistas, instigados pelos questionamentos feministas, têm reconsiderado as definições de consumo e introduzido novas abordagens da família como produtora de serviços, efetuando escolhas entre os diversos tempos — assalariado, doméstico, tempo livre (Becker, 1976). A produção doméstica é então definida como “o conjunto das atividades dos domicílios que é possível substituir pelas de terceiros”, em que as atividades de homens e mulheres são consideradas dentro de um mesmo conjunto (Chadeau e Fouquet, 1981).(SCHWEBEL, 2009, p.259)

Através do estudo das mudanças ocorridas nas últimas décadas, foi visualizado que uma quantidade crescente de tarefas de cuidado tem sido transformada por consequência do aumento do consumo de mercado, ou executado por instituições. Tarefas como a guarda das crianças e o cuidado de

peessoas idosas tem sido mercantilizadas no período em que as mulheres estão realizando uma atividade profissional remunerada.

No Brasil, a família ainda é o espaço principal do cuidado. Neste local, a responsabilidade é dos membros familiares, predominantemente mulheres, além das empregadas domésticas e das diaristas (HIRATA. 2016). O Estado brasileiro não dispõe de instrumentos suficientes no que diz respeito ao cuidado das crianças, além de não dispor de um plano suficiente para cuidado de pessoas idosas. Estes aspectos impactam diretamente a inserção de mulheres em trabalhos que sejam fora de casa, já que estas são responsabilizadas por tais tarefas de cuidado.

Hirata (2016) destaca que “certamente não haverá uma maior igualdade profissional entre homens e mulheres enquanto permanecer a assimetria na realização do trabalho doméstico e de cuidados, que continua sendo considerada responsabilidade exclusiva das mulheres” (HIRATA, 2016, p. 61). Portanto, é necessário pensar uma nova divisão sexual do trabalho de cuidado, em que as tarefas referentes às pessoas dependentes (idosos, crianças, doentes etc.) sejam atribuídas de forma igualitária para homens e mulheres.

### **3. ANÁLISE DE DADOS**

#### **3.1 O perfil socioeconômico das mulheres discentes na Universidade de Brasília**

A análise dos dados desta pesquisa se deu a partir dos tópicos do formulário utilizado com os sujeitos da pesquisa. O primeiro aspecto a se observar diz respeito ao perfil socioeconômico das estudantes. Em relação ao nível de formação e o vínculo com a Universidade de Brasília, 93,5% das participantes da pesquisa são estudantes de graduação

O formulário foi respondido por estudantes dos seguintes cursos: Arquitetura e Urbanismo, Ciências Sociais, Direito, Enfermagem, Farmácia,

Fisioterapia, Fonoaudiologia, Gestão de políticas públicas, Física, Pedagogia, Serviço social, Terapia Ocupacional e Teoria Crítica e História da Arte.

Em relação à raça/etnia, 37,8% se autodeclaram pardas, 2,2% amarela, 15,6% preta e 44,4% branca. O total que compreende a população negra é de, portanto, 53.4%. A Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD), realizada em 2021 pela Codeplan, identificou que a população urbana do Distrito Federal era de 3.010.881 pessoas, sendo 52,2% do sexo de nascimento feminino. No que diz respeito a raça, 46,2% se identificam como pardos, 40,9% como brancos, 11,1% como pretos, 1,4% como amarela e 0.3% como indígena. Em outra pesquisa realizada pela mesma instituição, foi identificado que 52,2% dessas mulheres são negras e apenas 12,9% destas possuem nível superior completo. Em resposta à pergunta: **Na sua opinião, quais são os principais desafios de ser mulher na academia?**

Um dos maiores desafios de ser uma mulher na academia, da Universidade de Brasília, é o não pertencimento. Enquanto mulher negra, encontro poucas mulheres semelhantes a mim e tenho dificuldade de me encaixar e me enxergar no que estudo. Não vejo as mulheres negras inseridas nas bibliografias das disciplinas, tampouco no corpo docente. (ALUNA B)

A afirmativa feita pela aluna encontra-se de acordo com a realidade da instituição, visto que as mulheres negras representam cerca de apenas (7%) do quadro docente total da Universidade. As mulheres negras enquanto docentes no ensino superior enfrentam dificuldades estruturais em virtude do racismo, admitindo que estas se relacionam não apenas em detrimento de questões raciais, mas também ao machismo/sexismo internalizado pela instituição. Euclides (2017, p.22) aponta que “Por conseguinte, o ensino superior, não mudará esta lógica. Este espaço, por excelência do saber e formação para o mundo do trabalho, ainda é o lugar onde impera a cultura hegemônica, eurocêntrica e segregacionista”.

Referente à maternidade, 86,7% afirmam não ter filhos, e 13,3% possuem filhos. A maioria possui apenas um filho. Acerca da maternidade, a legislação no Brasil que ampara a estudante gestante é a Lei Federal de nº.6 202, de 17 de abril de 1975, que propicia o afastamento na fase de gravidez, onde é

regulamentado o regime de exercícios domiciliares já instituído pelo Decreto nº.1.044, de 21 de outubro de 1969. A lei dispõe que a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses após o parto, prazo que também pode ser estendido com atestado médico, a estudante em estado de gravidez e puerpério poderá ser assistida pelo regime de exercícios domiciliares, podendo assistir aulas, realizar avaliações e cumprir com qualquer atividade acadêmica em sua própria casa com a tutoria de um profissional da sua instituição de ensino (BRASIL, 1975). Apesar da existência de uma legislação de amparo a estas estudantes existir há mais de 40 anos, verifica-se que muitas Instituições de Ensino Superior (IES) ainda não a cumprem, dessa forma as estudantes não possuem seu direito assegurado. A correlação entre a evasão de discentes no ensino superior e a maternidade é composta por problemáticas que dificultam a permanência dessas mulheres neste espaço, como a falta de uma assistência institucional para este grupo. O auxílio creche é um exemplo deste tipo de assistência, entretanto apesar de estar previsto como ação no PNAES a fim de atenuar a evasão da estudante no ensino superior, não é suficiente para conter a evasão visto que o orçamento disponibilizado para este fim é insuficiente para a demanda do contingente de estudantes.

Na Universidade de Brasília, o auxílio creche foi criado em 2017, por meio da Resolução do Conselho de Administração nº 0060/2017. O último edital divulgado pela instituição para acesso a este auxílio, Edital Nº 020/2022 publicado em 20/06/2022, prevê oferta de apenas 35 (trinta e cinco) vagas para recebimento de auxílio, no valor de R\$ 465,00 mensais, pelo período de 06 (seis) meses. Referente à creche, a Universidade assinou contratos para construção apenas em 2021. A reitora da Instituição de ensino, Marcia Brandão, afirmou na cerimônia de assinatura dos contratos: “É um investimento para toda a comunidade do Distrito Federal, um território que tem uma carência enorme de creches. A gente pretende que seja uma creche-escola inovadora, modelo para o Distrito Federal. Nós não estamos apenas assinando um contrato de obra; nós estamos projetando um futuro melhor”

Em resposta ao questionamento: **Como você percebe as ações da UnB no apoio às mulheres discentes?**

Como mãe, percebo a falta de apoio às mulheres mães na UnB. O acesso ao auxílio creche é extremamente difícil, aliás percebo essa dificuldade para entrada em qualquer benefício ofertado da assistência. O valor do auxílio é muito baixo, porque aqui em Brasília é tudo muito caro, as mensalidades das creches são muito maiores do que o auxílio, sabe? E assim, quando a gente não tem opção e leva pra UnB a criança, dá pra perceber que os professores não gostam. É muito difícil continuar frequentando as aulas depois da maternidade, a impressão é que a instituição não quer e não pode lidar com crianças. (ALUNA A)

Diante dos dados obtidos, é possível compreender a necessidade de construção de políticas públicas de caráter estudantil no que tange a vida das mulheres gestantes e mães na Universidade, a fim de garantir a permanência das mesmas no ensino superior. Neste sentido, a universidade precisa ser repensada, devendo ser capaz, não apenas de oferecer as condições necessárias para atender às demandas de formação dos jovens de diferentes segmentos, como acolhê-los em suas dificuldades e desafios, criando estruturas de suporte que evitem a desistência e o abandono. A Universidade necessita ser repensada, pois é preciso que a mesma seja qualificada para oferecer não apenas as condições necessárias para formação das estudantes, mas também acolhê-las em suas dificuldades por meio da criação de estruturas que evitem a evasão e o fracasso (URPIA E SAMPAIO, 2011).

No contexto pandêmico, as dificuldades e os desafios sobrepostos às mães universitárias foram ampliados. Em 2020, foi publicado um ebook intitulado "Maternidades plurais: Os diferentes relatos, aventuras e oceanos das mães cientistas na pandemia", organizado pelas cientistas Ana Carolina Eiras Coelho Soares, Camilla de Almeida Santos Cidade e Vanessa Clemente Cardoso. O livro é composto por relatos de 150 mães cientistas que descrevem suas experiências e impressões a respeito dos desafios de conciliar as atividades científicas e a maternidade durante a pandemia. Neste, a doutoranda Aline Rafaela de Almeida relata:

Mas com trabalho remoto, criança de quatro anos de idade fechada em apartamento, parquinho e parques fechados, impossibilidade de poder ficar com a avó, grupo de risco; restou eu (a mãe), no último ano do doutorado, com orientador em reabilitação após cirurgia, para dar conta da pós-graduação, do trabalho remoto, que sufoca muito mais do que o presencial, porque a demanda nem é mais por horário de trabalho, mas por trabalho que precisa ser realizado independente do que está posto, do trabalho doméstico, da compra de mercado que precisa render mais de semana para não ficar saindo de casa toda hora, da

organização da rotina da criança, da atenção a vó que está longe e do marido (ALMEIDA, 2017, p. 75).

No pequeno trecho explanado, é possível perceber a sobrecarga experienciada por uma mãe estudante durante a pandemia. As responsabilidades atribuídas às mulheres, como o trabalho doméstico e o cuidado com a criança, somadas às novas dinâmicas de trabalho e vida social resultantes da pandemia, tem como consequência o esgotamento e o cansaço de mulheres universitárias e cientistas.

Outros dados relativos ao perfil das respondentes revelaram que a maioria possui entre 16 e 21 anos (35,6%) e entre 22 e 27 anos (55,6%); que 51,1% não estão em um relacionamento conjugal, e 48,9% afirmam estar, dentre os quais 58,3% não moram com o/a companheiro/a, e 41,7% afirmam morar.

### **3.2 O impacto da pandemia na vivência das mulheres discentes em relação ao mundo do trabalho e ao trabalho não remunerado**

58,7% das respondentes afirmaram que estavam realizando algum trabalho remunerado atualmente. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, referente ao primeiro trimestre de 2022, aponta que as mulheres são maioria na população em idade de trabalhar, representando 51,7%. Entretanto, entre as pessoas ocupadas estas representam 42,4%. A respeito do desemprego, Rogerat (2009) afirma que

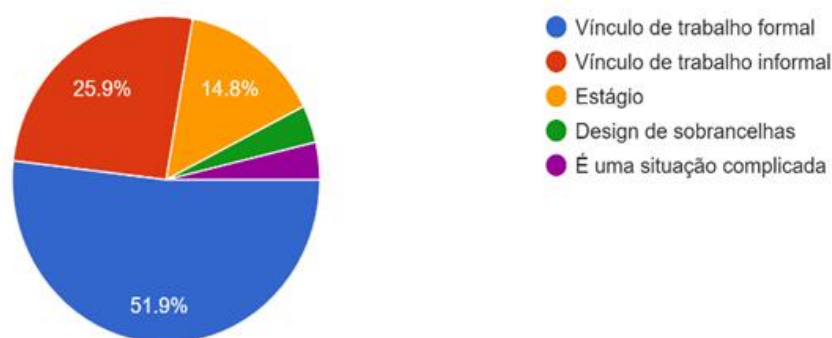
o desemprego feminino é frequentemente um desemprego de mulheres pouco ou mal qualificadas, que obtêm unicamente salários baixos, são pobres ou se tornam cada vez mais pobres, e encontram às vezes um trabalho, mas em condições tão precárias que permanecem regularmente à margem do assalariamento, embora isso necessariamente não significa que sua exclusão do mundo do trabalho (ROGERAT, 2009, p. 52)

A autora explica que, apesar de as mulheres estarem ocupando cada vez mais o mercado de trabalho, o desemprego feminino é uma problemática para além da “falta” de trabalho. O trabalho frequentemente realizado e associado às mulheres, por muitas vezes é mal remunerado e qualificado, o

que demonstra que, mesmo no mundo do trabalho formal e remunerado, os efeitos da divisão sexual do trabalho se faz presente.

Em relação á natureza do seu vínculo empregatício, 51,9% informaram possuir vínculo de trabalho formal, 25,9% vínculo de trabalho informal, 14,8% estágio.

**Gráfico 1 – Vínculo de trabalho das participantes**



Fonte: Elaboração própria. (2022)

Conforme já explicitado anteriormente neste trabalho, no capítulo 1, no Brasil o trabalho informal representa 42% do emprego feminino, enquanto simboliza 20% do emprego masculino. No universo desta pesquisa, a maior parte das mulheres possui trabalho formal, em contraste com a situação do país. A informalidade é uma problemática visto que a maior parte dos trabalhos desta categoria são ausentes de proteção e de direitos sociais, ou seja, não há previdência social, aposentadoria, férias, dentre outros direitos garantidos ao trabalhador. Hirata (2009) discorre sobre o trabalho e o desemprego em âmbito internacional, sugerindo três indicadores do trabalho precário: ausência de proteção social e de direitos sociais, horas reduzidas de trabalho que resultam em salários baixos e frequentemente à precariedade, e níveis baixos de qualificação. A respeito destes indicadores, problematiza que

Esses indicadores direcionam-se para uma marcada divisão sexual da precariedade, já que as mulheres são mais numerosas do que os homens tanto no trabalho informal quanto no trabalho em tempo parcial: número inferior de horas trabalhadas, níveis mais baixos na escala de qualificação. Eles também apontam para o fato de que, mesmo quando tem um emprego com contrato por tempo indeterminado, o trabalhador pode encontrar-se em situação precária, como demonstram os novos empregos por tempo indeterminado, criados no Brasil a partir de 2005, cuja remuneração é um salário mínimo. (HIRATA, 2009, p. 26)



A respeito da descrição das atividades laborais desde o início da pandemia, 15,9% afirmaram que "permaneci trabalhando presencialmente desde o começo da pandemia até os dias atuais", ao passo que 18,2% informaram que "tive[ram] a opção de trabalhar em home office no início da pandemia, mas já retornei o trabalho presencial", e 9,1% "tive[ram] a opção de trabalhar home office no início da pandemia e permaneço até os dias atuais". 29,5% apontaram que "não exerci atividade remunerada desde o início da pandemia até os dias atuais", 18,2% para "exerci atividade remunerada no início da pandemia, mas atualmente não estou desempenhando atividade remunerada", e 9,2% não exerciam atividade remunerada no início da pandemia, mas atualmente sim.

As respostas expõem as diversas realidades de trabalho remunerado durante a pandemia. As consequências da pandemia no mundo do trabalho foram diversas, e uma delas foi a adoção do trabalho remoto conhecido como "home office". Essa estratégia foi adotada por 46% das empresas brasileiras (Agência Brasil, 2020). Pressupõe-se que as mulheres são as mais prejudicadas no que se refere aos efeitos produzidos pela adesão ao home office, sendo um deles o conflito trabalho-família, visto que, historicamente, é atribuído às mulheres a maior responsabilidade com a casa e os filhos.

Em resposta ao questionamento "Como foi sua rotina de trabalho durante este período?", a entrevistada A respondeu:

Complicada. Em casa a gente tem muita distração, e eu nunca tinha trabalhado assim, em home office. Demorou muito tempo pra eu conseguir me organizar, mas ainda sim foi muito difícil trabalhar "tendo" criança em casa. Sem contar que o trabalho dobrou, e como estava em casa o serviço nunca tinha hora pra acabar. A madrugada era minha melhor amiga, era a hora que conseguia focar sem distração.  
(ALUNA A)

No tocante a renda mensal das estudantes, foi observado que 59,4% possui renda até um salário mínimo, 28,1% entre 1 e 2 salários mínimos e 12,5% acima de 4 salários mínimos. No Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) de 2021, o rendimento mensal habitual médio das mulheres era de R\$ 2.295,95, enquanto o de homens era de 2.871,01, diferença de 24,4%. Cattaneo e Hirata (2009)

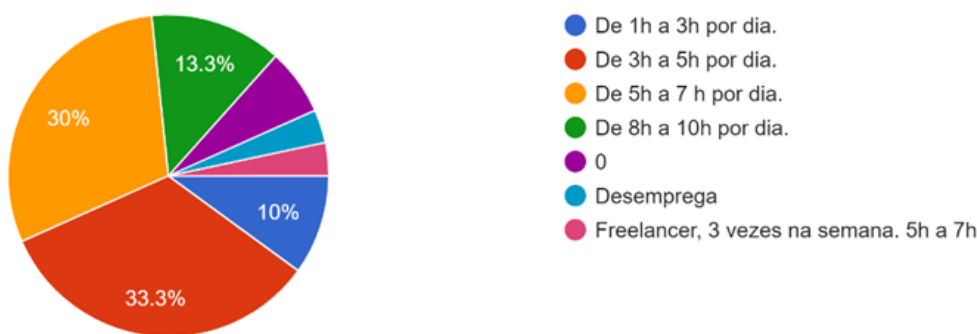
atribuem esta desigualdade salarial entre homens e mulheres à divisão sexual do trabalho. Dessa forma, explicam que:

A implantação dessa divisão sexual é possível na medida em que há uma legitimação social: é em nome da conciliação da vida familiar com a vida profissional que tais empregos são propostos às mulheres. A diferença salarial também é socialmente legitimada pela representação usual do salário feminino como renda complementar. (CATTANÉO E HIRATA, 2009, p.110).

Neste sentido, é possível compreender que as formas de opressões de gênero são diversas, inclusive no mundo do trabalho remunerado. A divisão sexual do trabalho legitima a atribuição dos trabalhos de cuidado à mulher, o que contribui para a sobrecarga das mulheres ao lidar com o conflito trabalho-família. Ademais, a diferença salarial também é validada neste contexto, em virtude de o salário da mulher ser visto como complementar ao do homem.

Em relação à carga horária de atividade remunerada, 10% afirmaram possuir de 1h a 3h diárias, 33,3% de 3h a 5h por dia, 30% de 5h a 7h diárias, e 13,3% de 8h a 10h por dia, conforme gráfico abaixo:

**Gráfico 2 - Carga horária de atividade remunerada exercida**



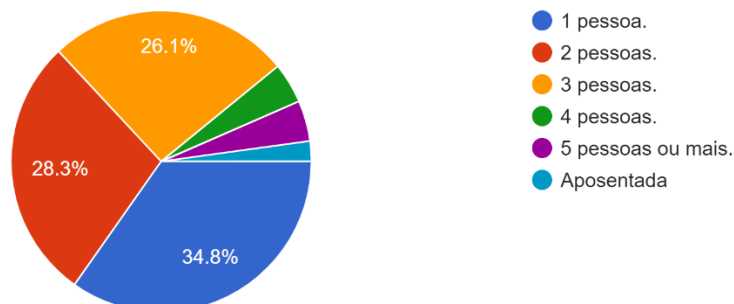
Fonte: Elaboração própria. (2022)

Ao serem indagadas sobre “quantas pessoas moram no seu mesmo domicílio?”, 6,5% afirmaram morar sozinhas, 9,6% com 2 pessoas, 23,9% com 3 pessoas, 34,8% com 4 pessoas e 15,2% com 5 pessoas ou mais. No Brasil, segundo o IBGE (2019), em cada domicílio moram, em média, 2,9 pessoas.

Quando questionadas acerca de "quantas pessoas na sua casa realizam trabalho remunerado", 34,8% informaram que apenas 1 pessoa o fazia, 28,3% para 2 pessoas, 26,1% para 3 pessoas, 4,3% para 4 pessoas e 5 pessoas ou

mais e 34,8% para "aposentada", conforme gráfico abaixo:

**Gráfico 3** - Número de pessoas que realizam trabalho remunerado



Fonte: Elaboração própria. (2022)

Verifica-se através do que aqui foi explicitado que as desigualdades de gênero ficam evidentes no mundo do trabalho remunerado, sendo estas engendradas pelo patriarcado, legitimadas pela divisão sexual do trabalho e mantidas na sociedade capitalista. É necessário repensar as condições de trabalho e o modo de produção atual, visto que não contemplam em totalidade as trabalhadoras mulheres.

### 3.3. Economia do cuidado

Ao serem questionadas se “normalmente, você realiza muitas tarefas domésticas?”, 82,6% das mulheres responderam que sim e 17,4% que não. As respostas revelam que a maioria das mulheres exercem muitas tarefas domésticas, em consonância com a realidade do país. Através de pesquisa realizada pelo IBGE (2019), constatou-se que somando a jornada dupla que a mulher exerce em casa com o trabalho remunerado, no total elas trabalham 3 horas a mais por semana. A dupla/tripla jornada por, muitas vezes, é idealizada e romantizada, em virtude da caracterização da mesma feita “por amor”. A respeito disto, Hirata e Zarifian (2009) afirmam que

a noção de trabalho doméstico é ligada às relações afetivas da família e baseada na “disponibilidade” materna e conjugal das mulheres. Sendo a forma privilegiada de expressão do amor na esfera dita “privada”, os gestos repetitivos e os atos cotidianos de

manutenção do lar e da educação dos filhos são atribuídos exclusivamente às mulheres. (HIRATA E ZARIFIAN, 2009, p. 253)

Em sequência, no questionário, foi questionado entre essas mulheres que desempenham tarefas domésticas, qual o tempo gasto por ela para realização das mesmas: 17,5% afirmaram gastar até hora, 25% entre 1 e 2 horas, 35% entre 2 e 3 horas, 15% entre 3 e 4 horas e 7,5% acima de 4 horas.

No Brasil, foi constatado por meio de pesquisa realizada pelo PNAD (2019), que a taxa de realização de afazeres domésticos no próprio domicílio ou em domicílio de parente era de 92,1% para mulheres e 78,6% para homens. Isso significa dizer que, enquanto a população feminina dedica 21,4 horas semanais, em média, para a realização de afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas, a população masculina dedica apenas 11 horas semanais para a mesma finalidade. A discrepância nesta distribuição de tarefas revela que as mulheres são responsáveis por quase o dobro do trabalho doméstico realizado. A respeito do trabalho doméstico, Hirata e Kergoat (2007) apontam que

Foi com a tomada de consciência de uma “opressão” específica que teve início o movimento das mulheres: torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno. A denúncia de fazer o que deveria ser chamado de “trabalho”, de deixar que tudo se passe como se sua atribuição às mulheres, e apenas a elas, fosse natural, e que o trabalho doméstico não seja visto, nem reconhecido (HIRATA E KERGOAT, 2007, p. 597)

A crítica à desigual distribuição de tarefas (quando esta existe) é antiga. Como explicitam as autoras, o movimento das mulheres já denunciava a situação e entendiam que a atribuição dessas tarefas somente às mulheres não se justifica pela naturalização das mesmas em virtude do amor e dever materno. Além da problemática da distribuição, é necessário que esse trabalho passe a ser valorizado e reconhecido, visto que representa uma grande massa de trabalho feito de forma gratuita.

Em relação à divisão de trabalhos domésticos entre todas as pessoas da residência, a maior parte respondeu que "sim, mas quem realiza a maior parte não sou eu" (39,1%), e "sim, mas quem realiza a maior parte das tarefas

domésticas sou eu" (26,1%). Ao serem questionadas se "durante a pandemia, você realizou as tarefas de cuidado de alguém dentro de casa", 54,3% revelaram que sim, e 45,7% que não. Na pandemia de COVID-19, as ações de manutenção da vida (lavar, passar, cuidado com crianças e idosos) foram ampliadas, intensificadas pelo isolamento social e permanência dos membros da família em casa e pelas novas funções de cuidado e limpeza impostas pela pandemia como a higienização constante dos ambientes, alimentos e pessoas. Em 2020, foi realizada uma pesquisa pela Plataforma de Formação 4Daddy, denominada "Pais em casa". Nesta, as pesquisadoras Camila Pires e Tayná Leite tiveram por foco a divisão do trabalho de cuidado durante a pandemia. A pesquisa aponta que as mulheres com filhos são as que mais despedem tempo com o trabalho não remunerado: 63% delas gastam mais de 3 horas por dia neste tipo de trabalho. Além disso, a maior parte das mulheres com filhos relatou que só conseguem trabalhar sem interrupções pelo período de hora ou menos.

A pandemia trouxe mudanças repentinas que aumentaram o tempo dos membros da família em casa, o que aumentou também o tempo gasto para a realização dessas tarefas, porém o que se compreende até aqui é que, mesmo na condição em que todos estão em casa, a realização dessas tarefas é feita apenas ou quase completamente por mulheres. Em entrevista para a revista "Teoria e debate", realizada em 2022, edição 218, Helena Hirata discorre sobre a dinâmica do cuidado durante a pandemia e afirma que

90% das trabalhadoras estão na situação de informais, como você mencionou para melhor "conciliar" o trabalho profissional e o trabalho doméstico. Essa maneira de separar e ao mesmo tempo conciliar os dois tipos de trabalho apareceu de forma muito clara com a pandemia porque os homens, que podiam fazer o teletrabalho, ficaram em casa e descobriram que havia uma série de trabalhos que eles não faziam e se deram conta de que as mulheres realizavam todo esse trabalho a mais, de cuidar das crianças etc. A pandemia revelou para a sociedade o trabalho do cuidado realizado pelas mulheres em casa, tornando-o visível. Só que não parece que tenha sido absorvido pela sociedade de forma perene, pois esse trabalho pode voltar à invisibilidade. (HIRATA, 2022)

56% das respondentes afirmaram que cuidaram de, ao menos, 1 pessoa durante a pandemia, 32% 2 pessoas, 8% 3 pessoas e 4% 5 pessoas ou mais. A respeito das tarefas de cuidado, a entrevistada B afirma:

Quando a gente tá em casa, não tem jeito, o tempo inteiro tem alguma demanda. Você não deixa acumular, dentro de casa você acaba trabalhando dobrado. Você tá sempre cuidando de alguém, diferente de quando eu tava trabalhando fora de casa. (ALUNA B)

A última pergunta do questionário foi: "você considera que desempenho mais trabalhos domésticos e de cuidado durante a pandemia?". A maioria respondeu "sim" (87%). Fica evidente que a divisão sexual do trabalho permanece atribuindo às mulheres a maior parte do trabalho doméstico e de cuidado, e que na pandemia a desigualdade na realização destas foi ainda mais evidente.

### **3.4 A produção acadêmica das mulheres discentes e a repercussão pela Covid –19**

Na secção do formulário que visou investigar os efeitos da pandemia na produção acadêmica das mulheres discentes na Universidade de Brasília, a primeira pergunta foi: "você dedicou mais tempo na realização das atividades acadêmicas durante a pandemia?". 60,9% informaram que "não, dediquei menos tempo", 26,3% que "sim, dediquei mais tempo" e 10,9% que "não, dediquei o mesmo o tempo".

A segunda pergunta estava relacionada à primeira, ao questionar: "você considera que o trabalho doméstico desempenhado em casa durante a pandemia influenciou seu desempenho acadêmico?". 76,1% responderam que sim, e 23,9% que não. É possível relacionar os resultados das duas perguntas, visto que, ao passar mais tempo desempenhando tarefas domésticas, o tempo para realização de atividades acadêmicas diminui. Diante desses dois questionamentos, a entrevistada B afirma:

Com certeza, inclusive [...] várias situações, né? Assistir aula online fazendo alguma atividade doméstica foi o que mais ocorreu. Estar sempre adiantando uma atividade doméstica enquanto assistia aula. O desempenho não tem como ser igual, porque você tá com o computador ligado, mas sua atenção não está 100% voltada pra aquele local, você tá sempre fazendo alguma outra coisa. (ALUNA B)

A terceira pergunta questionou se "você possuía equipamento eletrônico necessário para acompanhamento das aulas remotas em decorrência da

pandemia". 93,5% respondera que sim e 6,5% que não. Relacionado a esta, também foi questionado se existia acesso à internet para acompanhamento das aulas remotas: 100% responderam que sim. Observa-se que no universo desta pesquisa, a maioria das alunas possuía equipamento eletrônico e à internet. No país como um todo, de acordo com a PNAD (2018), 83% dos domicílios dos estudantes de nível superior têm computador ou, em menor número, tablets em casa. Apesar de representar a maioria da população, este dado representa 1,2 milhões de estudantes que não possuem equipamento necessário para acesso a aulas remotas. Ressalta-se a importância da política de assistência estudantil neste contexto, visto a importância do acesso e possível aumento da desigualdade, considerando que a parcela da população que não tem este acesso é, sobretudo, a população pobre.

Sobre a dificuldade de desempenhar atividades acadêmicas em casa, 84,8% responderam que possuía dificuldade e 15,2% que não. A entrevistada A, neste contexto, relata:

Sim, muita. Eu nunca ficava sozinha em casa, e querendo ou não tinha que cuidar da minha filha o tempo todo, não conseguia parar e focar pra fazer os trabalhos. Foi muito difícil porque me sentia culpada de estar tirando notas piores mas não tinha o que fazer, não tinha tempo para me dedicar direito. (ALUNA A)

93,5% responderam sim para o fato de se sentirem mais cansadas e sobrecarregadas durante a pandemia e a realização da modalidade remota. Na pequena amostra de estudantes da UnB participantes da pesquisa, é possível compreender a relação entre o trabalho doméstico desempenhado na pandemia e o desempenho das estudantes nas atividades acadêmicas. É possível identificar que o espaço "casa" para muitas representa um local de trabalho constante, em que não existe tempo privado para dedicação aos estudos, e que a maioria se sentiu sobrecarregada e cansada durante a pandemia e o tempo passado em neste ambiente. Dentre essas estudantes, nas entrevistas realizadas, observa-se que existe maior dificuldade e sobrecarga quando são mães, visto que a dedicação a um filho requer maior dispêndio de tempo e cuidado. A respeito disto, a autora Schiebinger (1991) problematiza:

Os arranjos domésticos são parte da cultura da ciência. Apesar da distinção histórica entre as esferas doméstica e pública, a vida privada não está separada da vida pública. E o conflito que muitas mulheres encontram entre família e carreira também não é apenas um assunto privado. A cultura profissional foi estruturada com o pressuposto de que um profissional tem uma esposa-do-lar, e se beneficia de seu trabalho não remunerado (SCHIENINGER, 1991, p.182)

Quando questionadas se consideravam que o ensino remoto havia afetado seu desempenho acadêmico, 95,7% afirmaram que sim. Uma das participantes fez questão, inclusive, de destacar que "não afetou desempenho, mas afetou a minha saúde, tive burnout". O resultado da pesquisa realizada evidencia o impacto da pandemia no desempenho acadêmico das mulheres discentes na Universidade de Brasília. Entretanto, é possível compreender que no contexto pandêmico as desigualdades só foram maior evidenciadas, porém as mesmas já existiam em virtude da construção de uma sociedade patriarcal e uma divisão sexual do trabalho que sobrecarrega ao mesmo tempo que exclui as mulheres.



#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como finalidade analisar de que forma a vida das estudantes da UnB foram impactadas em decorrência da pandemia. Nesse sentido, efetuar essa análise é fundamental para compreender como o Estado e a UnB se situam neste contexto, haja vista que atuam na garantia de direitos, principalmente em um cenário pandêmico. Nota-se que as políticas públicas de assistência foram insuficientes, e em sua maioria não consideraram as particularidades imbricadas em ser uma mulher estudante. Destaca-se, ainda, que esse processo tem sua gênese no patriarcado, engendrado na manutenção de um sistema capitalista, que exerce influência nas relações sociais, além de influenciar nas relações trabalhistas. Cabe ressaltar que a educação também se insere neste contexto, tendo em vista que os resultados da pesquisa apontam para uma queda no desempenho das estudantes participantes em virtude da sobrecarga no trabalho remunerado e não remunerado, onde às mulheres são atribuídas a maior parte das tarefas.

Assim, é compreendido que apesar de todas as conquistas da luta feminista em relação à divisão sexual do trabalho, reconhecimento da economia do cuidado, e inserção das mulheres na ciência, ainda há muito a ser conquistado e reconfigurado. Kergoat (2009) aponta para a divisão social do trabalho, considerando a totalidade do social e suas transformações. No Brasil, o que se percebe é que na pandemia as relações de sexo e sociais foram evidenciadas em sua estrutura desigual, onde a mulher foi a maior prejudicada nesta crise sanitária e política. Ademais, o caráter conservador e neoliberal de toda estrutura do governo atuante durante a pandemia resultou em retrocessos e perdas significativas na política de direitos. Apesar disto, a Universidade de Brasília atuou de forma a possibilitar o acesso de todos os estudantes na modalidade de ensino remoto em virtude da pandemia, e ainda que as políticas de assistência não tenham sido suficientes para atender á totalidade dos alunos, neste cenário ficou evidente a importância da autonomia da Universidade e do Plano Nacional de Assistência Estudantil.

## REFERENCIAS

AGUIAR, Estela. Após começo turbulento, empresas se adaptam ao home-office e planejam mantê-lo. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/apos-comeco-turbulento-empresas-se-adaptam-ao-home-office-e-planejam-mante-lo/>

Almeida, Carla, Ligia Lüchmann, and Carla Martelli. "A pandemia e seus impactos no Brasil." *Middle Atlantic Review of Latin American Studies* 4.1 (2020): 20-25.

APARECIDA, G. D. UnB em dois tempos. Carta: falas, reflexões, memórias, n. 14, p. 37-53, 1995.

BARROSO, Hayeska Costa; GAMA, Mariah Sá Barreto. A crise tem rosto de mulher: como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia do COVID-19 para as mulheres no Brasil. *Revista do CEAM*, v. 6, n. 1, p. 84-94, 25 ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3953300>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/31883>. Acesso em: 19 out. 2021.

Boletim Informativo PNAD Contínua, 2019. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_informativo.pdf)

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Assembleia Constituinte, 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 09 de agosto de 2022.

BRASIL. Portaria Normativa nº 39 de 12 dezembro de 2007. Brasília: Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, 2007. Disponível em [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf). Acesso em: 08 de agosto de 2022.

BRASIL. Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, 19 de julho de 2010. Brasília: Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/823931/decreto-7234-10>> Acesso: 08 de agosto de 2022.

COSTA DE SANT'ANNA, M.; MOREIRA, G. E. CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM ENFOQUE NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Revista Ciências Humanas*, [S. l.], v. 12, n. 3, 2019. DOI: 10.32813/2179-1120.2019.v12.n3.a540. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/540>. Acesso em: 10 ago. 2022.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?. *Caderno CRH* [online]. 2011, v. 24, n. spe1 [Acessado 2 Novembro 2022], pp. 37-57. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000400004>>. ISSN 1983-8239. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000400004>.

EUCLIDES, M. S. Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias: desafios e conquistas. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Programa de

Pós-Graduação em Educação Brasileira, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2017.

FIGUEIREDO, Giovanna. A fome tem rosto e gênero: 47% das mulheres brasileiras não têm certeza se farão a próxima refeição. <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2022/07/a-fome-tem-rosto-e-genero-47-das-mulheres-brasileiras-nao-tem-certeza-se-farao-a-proxima-refeicao/>

GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro et al. As mulheres praticando ciência no Brasil. Revista Estudos Feministas [online]. 2016, v. 24, n. 1 [Acessado 2 Novembro 2021] pp. 11-30. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n1p11>>. ISSN 1806-9584. <https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n1p11>.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Antropologia do ciborgue. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 37-129.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HIRATA, Helena, ZARIFIAN, Philippe. Trabalho (conceito de) In: HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, LE DOARÉ, Hélène, SENOTIER, Danièle (org.). Dicionário Crítico do

Feminismo. São Paulo: UNESP, 2009, p. 251-256.

HIRATA, Helena A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. Sociologias [online]. 2009, n. 21 [Acessado 5 Outubro 2022] , pp. 24-41. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-45222009000100003>>. Epub 01 Jun 2009. ISSN 1807-0337. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222009000100003>.

IPEA, 2020. Acesso Domiciliar à Internet e Ensino Remoto Durante a Pandemia. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10228>.

KERGOAT, Danièle; HIRATA, Helena. Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: UNESP, 2009.

Lei nº.6.202, de 17 de abril de 1975. Atribui a estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares: instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 1969. Disponível em: . Acesso em: 12 de setembro de 2022.

LÉON, Lucas. Brasil tem 152 milhões de pessoas com acesso à internet. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-08/brasil-tem-152-milhoes-de-pessoas-com-acesso-internet>.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. Estudos Avançados [online]. 2003, v. 17, n. 49 [Acessado 24 Outubro 2021] , pp. 271-284. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300016>>. Epub 17 Fev 2004. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300016>.

LOWY, I. (2009). Ciências e gênero. Em H. Hirata, F. Laborie, H. Le Doaré, & D. Senotier (Orgs.), Dicionário crítico do feminismo (pp. 40-44)

MANCEBO, D. . Pandemia e educação superior no Brasil. Revista Eletrônica de Educação, [S. l.], v. 14, p. e4566131, 2020. DOI: 10.14244/198271994566. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4566>. Acesso em: 2 out. 2022.

MINAYO, M. C. O desafio da pesquisa social. In: Minayo, M. C. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009

NUNES, João. A pandemia de COVID-19: securitização, crise neoliberal e a vulnerabilização global. Cadernos de Saúde Pública [online]. 2020, v. 36, n. 5 [Acessado 17 de novembro 2022], e00063120. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00063120>>. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00063120>.

OXFAM Brasil. Relatório Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. 2019. Disponível em: . Acesso em: 31 mai. 2020.

Parent in Science, produtividade acadêmica durante a pandemia: efeitos de gênero, raça e parentalidade, 2020.

POLETTI, Luma. UnB amplia benefícios para assistência estudantil. Disponível em: <https://noticias.unb.br/76-institucional/5635-unb-amplia-beneficios-para-assistencia-estudantil>

REED, Evelyn. Sexo contra sexo ou classe contra classe. 2 ed. São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2008.

Relatório do Triênio 2019, 2020 e 2021. Diretoria de Desenvolvimento Social. Acesso em 20 de agosto de 2022. Disponível em: [http://dds.dac.unb.br/images/Relatorios-DDS/Relatorio\\_de\\_Gesto\\_da\\_DDS\\_-\\_2019\\_a\\_2021.pdf](http://dds.dac.unb.br/images/Relatorios-DDS/Relatorio_de_Gesto_da_DDS_-_2019_a_2021.pdf).

RIBEIRO, D. Prólogo. Carta: falas, reflexões, memórias, n. 14, p. 7-11, 1995.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos e Oliveira, Leidiane Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. Revista Katálysis [online]. 2010, v. 13, n. 1 [Acessado 1 Outubro 2021] , pp. 11-19. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-49802010000100002>>. Epub 21 Jun 2010. ISSN 1982-0259. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802010000100002>.

SCHIEBINGER, L. (2001). O feminismo mudou a ciência? Bauru, SP: EDUSC. (Original de 1999).

SEVERINO, Antônio Joaqui m. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Fabiane Ferreira da e Ribeiro, Paula Regina Costa Trajetórias de mulheres na ciência: "ser cientista" e "ser mulher". Ciência & Educação (Bauru) [online]. 2014, v. 20, n. 2 [Acessado 24 Outubro 2021] , pp. 449-466. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1516-73132014000200012>>. ISSN 1980-850X. <https://doi.org/10.1590/1516-73132014000200012>.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho; CIDADE, Camilla de Almeida Santos; CARDOSO, Vanessa Clemente. Maternidades plurais: os diferentes relatos,

aventuras e oceanos das mães cientistas na pandemia, Belford Roxo: Bindi Acadêmico, 2020, 824 p.

TOKARNIA, Mariana. Maioria dos brasileiros mora em casa e é dona do imóvel, mostra IBGE. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-05/maioria-dos-brasileiros-mora-em-casa-e-e-dona-do-imovel-mostra-ibge>. Acesso em: 20 de setembro de 2022.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Sítio oficial. Disponível em: <https://www.unb.br>. Acesso em: Ago.2022

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. 2021. UnB assina contratos para construções de creche e centro de pesquisa em primeira infância. Acesso em 15 de julho de 2022. Disponível em: <https://noticias.unb.br/76-institucional/5442-unb-assina-contratos-para-construcoes-de-creche-e-centro-de-pesquisa-em-primeira-infancia>

URPIA, Ana Maria de Oliveira; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, SMR., org. Observatório da vida estudantil: primeiros estudos[online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 146-168. Disponível em: . Acesso em: 12 de setembro de 2022.

4Daddy: Pais em casa: efeitos da pandemia na divisão do trabalho de cuidado, 2021. Acesso em 04 de outubro de 2022. Disponível em: <https://4daddy.com.br>

## APÊNDICES

### APÊNDICE A

#### **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido respectivo ao questionário**

Prezada Estudante,

Você está sendo convidada a participar da pesquisa "Mulheres discentes em tempos de pandemia: um estudo realizado na Universidade de Brasília", de responsabilidade de Larissa Lorranny Magalhães Lima estudante de graduação da Universidade de Brasília, sob orientação da professora Dra. Hayeska Costa Barroso - UnB. A pesquisa pretende responder a seguinte pergunta norteadora: Como a pandemia afetou a vida das mulheres discentes na Universitária de Brasília? Para tanto, configuram-se como objetivos da pesquisa: 1) investigar quais as principais transformações nas tarefas de cuidado e trabalho doméstico não remunerado durante a pandemia na vida das mulheres discentes na Universidade de Brasília; 2) analisar como as mulheres discentes da Universidade de Brasília percebem o impacto da pandemia no seu desempenho acadêmico e profissional; e, 3) compreender como a pandemia impactou a vivência das mulheres discentes em relação ao mundo do trabalho e ao trabalho remunerado. Assim, gostaria de consultá-la sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todas as informações necessárias antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-la. A resposta ao formulário dispensa qualquer tipo de identificação, não solicitando nome, e-mail ou qualquer outro contato. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa ficarão sob a guarda da Larissa Lorranny Magalhães Lima. A coleta de dados será realizada por meio de

formulário on-line, via Google Forms. É para este procedimento que você está sendo convidada a participar.

O tempo médio para preenchimento do formulário é de 5 minutos. Os riscos oriundos de sua participação são considerados mínimos e podem estar relacionados ao cansaço em decorrência do tempo destinado às respostas. Por se tratar de um ambiente virtual, ainda assim, existem os riscos inerentes às limitações das tecnologias utilizadas, os quais independem do controle e da vontade da pesquisadora e estão relacionados às próprias configurações desta ferramenta. O armazenamento das respostas, durante a coleta de dados, dar-se-á em nuvem e, tão logo concluída esta fase, será feito o download dos dados. A pesquisadora responsável pela pesquisa manterá sob sua guarda, em computadores privados, os documentos e dados referentes a esta pesquisa por um período de cinco anos, responsabilizando-se, portanto, pela guarda e confidencialidade das informações. Os resultados da pesquisa serão disponibilizados a toda a comunidade acadêmica por meio da publicação do Trabalho de Conclusão de Curso na Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente da Universidade de Brasília (BDM), um serviço de informação mantido pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade de Brasília (SiB-UnB) para o armazenamento, preservação e disseminação da produção intelectual dos discentes de graduação e especialização, cujo conteúdo está disponível publicamente e, por estar amplamente acessível, proporciona maior visibilidade e impacto da produção acadêmica da instituição.

Espera-se com esta pesquisa contribuir para ampliar o debate sobre o impacto da pandemia na vida das mulheres estudantes da Universidade de Brasília, frente às mudanças ocorridas no ensino e na dinâmica de trabalho (remunerado e não remunerado) durante esse período. Além disso, busca-se responder quais foram as respostas institucionais dadas pela Universidade de Brasília no enfrentamento das dificuldades vivenciadas por essas mulheres durante o período em questão. Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.



Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61) 99429-2290 ou pelo e-mail [larissamagalhaes2@outlook.com](mailto:larissamagalhaes2@outlook.com).

## APÊNDICE B

Prezada Estudante,

Você está sendo convidada a participar da pesquisa "Mulheres discentes em tempos de pandemia: um estudo realizado na Universidade de Brasília", de responsabilidade de Larissa Lorranny Magalhães Lima estudante de graduação da Universidade de Brasília, sob orientação da professora Dra. Hayeska Costa Barroso - UnB. A pesquisa pretende responder a seguinte pergunta norteadora: Como a pandemia afetou a vida das mulheres discentes na Universitária de Brasília? Para tanto, configuram-se como objetivos da pesquisa: 1) investigar quais as principais transformações nas tarefas de cuidado e trabalho doméstico não remunerado durante a pandemia na vida das mulheres discentes na Universidade de Brasília; 2) analisar como as mulheres discentes da Universidade de Brasília percebem o impacto da pandemia no seu desempenho acadêmico e profissional; e, 3) compreender como a pandemia impactou a vivência das mulheres discentes em relação ao mundo do trabalho e ao trabalho remunerado. Assim, gostaria de consultá-la sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa através desta entrevista.

Você receberá todas as informações necessárias antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-la. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa ficarão sob a guarda da Larissa Lorranny Magalhães Lima. A coleta de dados será realizada por meio de chamada online, via Microsoft Teams. É para este procedimento que você está sendo convidada a participar.

O tempo médio para preenchimento da entrevista é de 30 minutos. Os riscos oriundos de sua participação são considerados mínimos e podem estar relacionados ao cansaço em decorrência do tempo destinado às respostas. Por



se tratar de um ambiente virtual, ainda assim, existem os riscos inerentes às limitações das tecnologias utilizadas, os quais independem do controle e da vontade da pesquisadora e estão relacionados às próprias configurações desta ferramenta. O armazenamento das respostas, durante a coleta de dados, dar-se-á em nuvem e, tão logo concluída esta fase, será feito o download dos dados. A pesquisadora responsável pela pesquisa manterá sob sua guarda, em computadores privados, os documentos e dados referentes a esta pesquisa por um período de cinco anos, responsabilizando-se, portanto, pela guarda e confidencialidade das informações. Os resultados da pesquisa serão disponibilizados a toda a comunidade acadêmica por meio da publicação do Trabalho de Conclusão de Curso na Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente da Universidade de Brasília (BDM), um serviço de informação mantido pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade de Brasília (SiB-UnB) para o armazenamento, preservação e disseminação da produção intelectual dos discentes de graduação e especialização, cujo conteúdo está disponível publicamente e, por estar amplamente acessível, proporciona maior visibilidade e impacto da produção acadêmica da instituição.

Espera-se com esta pesquisa contribuir para ampliar o debate sobre o impacto da pandemia na vida das mulheres estudantes da Universidade de Brasília, frente às mudanças ocorridas no ensino e na dinâmica de trabalho (remunerado e não remunerado) durante esse período. Além disso, busca-se responder quais foram as respostas institucionais dadas pela Universidade de Brasília no enfrentamento das dificuldades vivenciadas por essas mulheres durante o período em questão. Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61) 99429-2290 ou pelo e-mail [larissamagalhaes2@outlook.com](mailto:larissamagalhaes2@outlook.com) .

## APÊNDICE C

### Perguntas do questionário

#### Perfil socioeconômico

1. Qual seu vínculo com a Universidade de Brasília?

( ) Estudante de graduação.

( ) Estudante de mestrado.

( ) Estudante de doutorado.

1.1. Se a resposta à questão 1 foi ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO, indique o nome do curso do qual você é discente.

2. Em relação à raça/etnia, você se considera:

( ) Branca

( ) Parda

( ) Amarela

( ) Indígena

3. Você possui filhos?

( ) Sim

( ) Não

3.1. Se você respondeu SIM à questão 3, quantos/as filhos/as você possui?

( ) 1 filho/a

( ) 2 filhos/as

( ) 3 filhos/as

( ) 4 filhos/as ou mais

4. Qual a sua idade?

( ) Entre 16 a 21 anos

( ) Entre 22 a 27 anos

( ) Entre 28 a 33 anos

( ) Entre 34 a 40 anos

( ) Acima de 40 anos

5. Atualmente, você está em um relacionamento conjugal?

( ) Sim

( ) Não

5.1. Se você respondeu SIM à questão 5, você mora com seu/sua companheiro/a?

- Sim
- Não.

**Trabalho**

6. Você está realizando algum trabalho remunerado atualmente?

- Sim
- Não

6.1. Se você respondeu SIM à questão 6, qual a natureza do vínculo de trabalho?

- Vínculo de trabalho formal
- Vínculo de trabalho informal]

7. Desde o início da pandemia, como suas atividades laborais podem ser descritas? (pode marcar mais de 1 opção)

- Permaneci trabalhando presencialmente desde o começo da pandemia até os dias atuais.
- Tive a opção de trabalhar em home office no início da pandemia, mas já retornei ao trabalho presencial.
- Não exerci atividade remunerada desde o início da pandemia até os dias atuais.
- Exerci atividade remunerada no início da pandemia, mas atualmente não estou desempenhando atividade remunerada.

8. Qual a sua renda individual mensal?

- Até 1 salário mínimo.
- Entre 1 e 2 salários mínimos.
- Entre 2 e 3 salários mínimos.
- Entre 3 e 4 salários mínimos.
- Acima de 4 salários mínimos.

9. Qual a sua carga horária por dia de atividade remunerada?

- De 1h a 3h por dia.
- De 3h a 5h por dia.
- De 5h a 7 h por dia.
- De 8h a 10h por dia.

10. Contando com você, quantas pessoas moram no seu mesmo domicílio?

- Moro sozinha.

- 2 pessoas.
- 3 pessoas.
- 4 pessoas.
- 5 pessoas ou mais.

10.1. Quantas pessoas na sua casa realizam trabalho remunerado?

- 1 pessoa.
- 2 pessoas.
- 3 pessoas.
- 4 pessoas.
- 5 pessoas ou mais.

### **Economia do cuidado**

11. Normalmente, você realiza muitas tarefas domésticas?

- Sim
- Não

11.1. Se você respondeu SIM à questão 11, qual a média de tempo gasto na realização das tarefas domésticas e de cuidado? (Cuidados com a casa e com os filhos)

- Até 1 hora.
- Entre 1 e 2 horas.
- Entre 2 e 3 horas.
- Entre 3 e 4 horas.
- Acima de 4 horas.

12. Há divisão dos trabalhos domésticos entre todas as pessoas que moram com você?

- Sim, há uma divisão igualitária na realização das tarefas domésticas entre todos/as.
- Sim, mas quem realiza a maior parte das tarefas domésticas sou eu.
- Sim, mas quem realiza a maior parte das tarefas doméstica não sou eu.
- Não, e quem as realiza integralmente sou eu.
- Não, e quem as realiza integralmente não sou eu.

13. Durante a pandemia, você realizou as tarefas de cuidado de alguém dentro de casa? (filhos, companheiros, pais, tios, dentre outros)

- Sim
- Não

13.1. Se você respondeu SIM à questão 13, de quantas pessoas você cuidou durante a pandemia?

- 1 pessoa.
- 2 pessoas.
- 3 pessoas.
- 4 pessoas.
- 5 pessoas ou mais.

14. Você considera que desempenhou mais trabalhos domésticos e de cuidado durante a pandemia?

- Sim
- Não

### **Desempenho acadêmico**

15. Você dedicou mais tempo na realização das atividades acadêmicas durante a pandemia?

- Sim, dediquei mais tempo.
- Não, dediquei menos tempo.
- Não, dediquei o mesmo tempo.

16. Você considera que o trabalho doméstico desempenhado em casa durante a pandemia influenciou seu desempenho acadêmico?

- Sim
- Não

17. Você possuía equipamento eletrônico necessário para acompanhamento das aulas remotas em decorrência da pandemia?

- Sim
- Não

18. Você possuía Internet para acompanhamento das aulas remotas em decorrência da pandemia?

- Sim
- Não

19. Você possuía dificuldade de desempenhar atividades acadêmicas em sua casa?

- Sim
- Não

20. Durante a pandemia, você se sentiu mais sobrecarregada e/ou cansada?

( ) Sim.

( ) Não.

21. Você considera que o ensino remoto afetou seu desempenho acadêmico?

( ) Sim

( ) Não

22. Você teria interesse de participar de outra etapa desta pesquisa? Trata-se da realização de uma entrevista do tipo semi-estruturada para aprofundarmos alguns aspectos já abordados neste formulário. Se sim, informe seu email e número de telefone para que eu possa entrar em contato.

## APÊNDICE D

### Roteiro semiestruturado usado nas entrevistas

1. Durante a pandemia, você trabalhou?
2. Como foi sua rotina de trabalho durante este período?
3. Houve mudança da sua configuração familiar durante esse período?
4. Fale-me um pouco sobre como foi sua rotina domésticas durante a pandemia?
5. Como você percebe as ações da UnB no apoio às mulheres discentes no contexto da pandemia?
6. Na sua opinião, quais são os principais desafios de ser mulher na academia?